

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

RONALDO ROBSON DE FREITAS

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA DUALIDADE CORRUPÇÃO - ÉTICA NA
REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA, DOS INDIVÍDUOS À RELAÇÃO
INSTITUCIONAL

São Leopoldo

2017

RONALDO ROBSON DE FREITAS

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA DUALIDADE CORRUPÇÃO - ÉTICA NA
REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA, DOS INDIVÍDUOS À RELAÇÃO
INSTITUCIONAL

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para Obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: José Caetano Zanella

São Leopoldo

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866a Freitas, Ronaldo Robson de
Análise da percepção da dualidade corrupção : ética na realidade social brasileira, dos indivíduos à relação institucional / Ronaldo Robson de Freitas ; orientador José Caetano Zanella. – São Leopoldo : EST/PPG, 2017.
72 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2017.

1. Ética – Brasil. 2. Corrupção – Brasil. 3. Características nacionais brasileiras. 4. Brasil – Condições sociais. 5. Brasil – Condições morais. I. Zanella, José Caetano. II. Título.

RONALDO ROBSON DE FREITAS

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA DUALIDADE CORRUPÇÃO - ÉTICA NA
REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA, DOS INDIVÍDUOS À RELAÇÃO
INSTITUCIONAL

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para Obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data de aprovação:

José Caetano Zanella – Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania –
Faculdades EST

Dusan Schreiber – Doutor em Administração – Faculdades EST

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus Único e Incomparável, Criador Soberano, fonte de toda ciência e sabedoria: pelo dom da vida e salvação proporcionada pela graça em Jesus Cristo.

A minha amada esposa Elisa Robson e filhos Vanessa Isabelle, Philip William e Christian Andersen pelo apoio e alegria que vocês me proporcionam. Amo minha família.

Aos meus pais Ruth Nicola e Ernesto Freitas por todo o suporte.

Aos orientadores José Caetano Zanella e Dusan Schreiber pelo conhecimento acrescentado.

RESUMO

Partindo da concepção de Hobbes de que a criatura humana necessita empreender esforço, trabalho e superação para aflorar seus valores (a qual corrobora com o preceito clássico cristão de sacrifício), e adotando o princípio de que a nação surge antes do Estado por meio de uma seleção natural e espontânea de interesses e costumes comuns a um povo, é possível identificar desde a origem brasileira a ausência de um vetor que auxilie o indivíduo a compreender-se como parte fundamental de um coletivo coeso que preze pelas virtudes da disciplina, da ordem, da pontualidade, da cooperação, do respeito mútuo e da solicitude. Conforme Hobbes, essa incongruência na estrutura originária promove o medo e a desconfiança no próximo concidadão e no poder institucionalizado; enfraquece a cidadania e a ética. No esforço de se auto-organizar o estado brasileiro vem encontrando dificuldades para superar os maus costumes e estabelecer a prevalência do bom hábito. A perene injustiça social, desde o berço, tem seu símbolo maior na corrupção, a qual resulta infelicidade e degradação moral, elementos que mantêm o povo na condição de massa. O presente trabalho propõe uma releitura da origem da sociedade brasileira buscando na hermenêutica de Ricoeur proporcionar uma maior nitidez no enxergar-se a si mesmo como primeiro Outro. Por esse método busca-se fortalecer a relação entre os indivíduos de uma malha social a partir do reconhecimento de si mesmo como o primeiro Outro cidadão. Para isso é necessário escrutinar seus valores e deficiências a serem superados. Estando nítido o desafio para vencer a injustiça e a mediocridade por meio da afirmação socrática do “conheça a ti mesmo” o indivíduo pode motivar-se e compelir-se à prática dos bons costumes da ética aristotélica, acrescida da conscientização dos dividendos sociais garantidos pelo dever moral de Kant. A obediência espontânea às normas do Estado só poderá ocorrer pela internalização de seus conceitos ao entendê-las como boas para si. – É esse o vetor estritamente oposto à corrupção.

Palavras-chave: Nação. Origem. Valores. Confiança. Corrupção. Coesão. Vetor. Cidadania. Ética. Moral. Internalização.

ABSTRACT

Based on Hobbes' concept that the human creature needs to invest effort, work and effort to overcome to bring out its values (which corroborate with the classical Christian precept of sacrifice), and adopting the principle that the nation emerges before the State through a natural and spontaneous selection of common interests and customs, it is possible to identify, from Brazilian origins, the absence of a vector which could help the individual to understand him or herself as a fundamental part of a cohesive collective which values the virtues of discipline, of order, of punctuality, of cooperation, of mutual respect and of solicitude. According to Hobbes, this incongruity in the original structure promotes fear and distrust of the neighbor co-citizen and of the institutionalized power; it weakens citizenship and ethics. In the effort to self-organize itself, the Brazilian state is encountering difficulties in overcoming the bad customs and in establishing the predominance of good habits. The continual social injustice, from birth, has its greatest symbol in corruption, which results in unhappiness and moral degradation, elements which keep the people in a condition of being a mass. This paper proposes a rereading of the origin of Brazilian society seeking in the hermeneutics of Ricoeur to propitiate a greater sharpness in looking at oneself as the first Other. By this method we seek to strengthen the relation between individuals of a social web based on the recognition of oneself as the first Other citizen. For this it is necessary to scrutinize one's values and deficiencies which need to be overcome. When the challenge to overcome injustice and mediocrity through the Socratic affirmation "know yourself" is clear, the individual can motivate him or herself and can compel him or herself to the practice of the good customs of Aristotelian ethics, incremented by the awareness of the social dividends guaranteed by the moral duty of Kant. Spontaneous obedience to the rules of the State can only occur through the internalization of its concepts by understanding them as good for oneself. This is the vector that is directly opposite of corruption.

Keywords: Nation. Origin. Values. Trust. Corruption. Cohesion. Vector. Citizenship. Ethics. Morals. Internalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 IDENTIDADE HISTÓRICA BRASILEIRA	19
1.1 Sistema de referência comparativo evolutivo	19
1.2 O contexto originário social Brasileiro	20
1.3 A sociedade no Brasil colônia	20
1.4 Período Joanino 1808 – 1821	23
1.5 Primeiro Reinado 1822 – 1831	24
1.6 Segundo Reinado 1831 – 1889	25
1.7 A Sociedade imposta e os novos valores	27
1.8 A Herança cultural para a República	29
1.9 A Nação Brasileira e o Estado	29
2 O ESPAÇO PARA A CORRUPÇÃO	35
2.1 O desnudar da Lava-Jato	35
2.2 As pobreza material, moral e espiritual	37
2.3 A degradação ética	39
2.4 O efeito colateral das dez medidas contra a corrupção	40
2.5 A ciência da corrupção	43
3 MORAL E ÉTICA	47
3.1. Ética	47
3.2 As Escolas Aristotélica e Kantiana	49
3.3 Ética na política e a verdade	52
3.4 Moral e ética no contexto cristão	53
3.5 A teoria moral de Kant (ética de Kant)	55
3.6 O desígnio ético como força de interação entre indivíduos de uma malha social	59
3.7 Os valores na ética contemporânea	63
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

O cenário atual da civilização ocidental revela incertezas e medos quanto ao rumo da humanidade. Bauman¹ refere-se a esse momento contemporâneo como modernidade líquida devido à fluidez das relações tanto interpessoais quanto institucionais. Houve um encurtamento das distâncias. Assim como nas interações moleculares da química, ao se transitar da fase sólida para a líquida as ligações ficam mais fracas e sem estrutura firme, gerando incertezas. Há quem sugira que boa parte do sistema público de administração, em termos globais, esteja orbitando, como numa fase gasosa, à espera de novas lideranças e novas formas de governo. Seria uma forma do exercício da autoridade (governança) que contemple todos os atores (*stakeholders*). Um sistema que desloque o foco prioritário estritamente econômico linear para um modo de vida sustentável.

Somam-se a esse suspense global, sócio-político e econômico, outros dois ingredientes que potencializam as incertezas na humanidade: o terrorismo e a corrupção. Aplicando o reducionismo teórico a essas questões de insegurança é possível definir a essência do problema por meio da forma como o indivíduo percebe o seu próximo, o seu semelhante. Para uma boa eficácia desse entendimento duas condições são necessárias: compreender e aceitar a si mesmo e estender esse mesmo entendimento ao próximo.

A sociedade brasileira tem avançado muito no que concerne a informação. Isso em função de bons esforços para combater a miséria e a ignorância. Contudo, transformar essa informação em conhecimento requer atividade intelectual espontânea. Para fazer bom uso da informação é necessária uma análise crítica. Analogamente é relevante distinguir a diferença entre sistema de ensino e educação. O primeiro é uma forma de tratamento segmentado da informação. O segundo é uma interiorização do conhecimento. Diversos historiadores brasileiros já constataram que a informação histórica do país foi distorcida, não para potencializar os valores de simples mortais no propósito de transformá-los em heróis, mas para maquiar condutas nocivas a fim de serem entendidas como atitudes benéficas para a nação. O próprio sistema de ensino oficial relevou a importância da análise crítica, facilitando a manipulação da massa. Ocorre que essa desvirtualização de valores

¹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Editora Zahar. São Paulo. 2001.

atingiu um ponto crítico de desconfiança institucional generalizada. Trata-se da questão da corrupção.

A corrupção não pode ser extirpada da sociedade porque ela é inerente ao gênero humano. Mas pode ser controlada a níveis não nocivos às relações pessoais e não comprometedoras das economias locais e globais. Havendo excessos, punições exemplares corroboram com a ordem. Exemplo dessas afirmações está na mais pujante economia deste último século. Em 2001 a norte-americana Houston Natural Gas Inter North, mais conhecida como Enron, foi à falência devido a uma complexa e surpreendente maquiagem contábil que balançou o mercado. A justiça foi atrás dos responsáveis e todos foram punidos. Ainda em 2009 os EUA rastrearam 52 mil contas secretas de americanos e americanas na Suíça, forçando esse país a rever suas leis de sigilo a fim de corroborar na investigação de evasão de divisas. Outros países, dentre eles o Brasil, foram beneficiados por essa medida e obtiveram dados astronômicos da corrupção.

A insegurança vivida pela sociedade brasileira é muito mais inerente à forma histórica como foi concebida do que por influências externas. Problemas de liderança não confiáveis que geram o sentimento de que os bens sociais, as riquezas e o patrimônio público estão escoando por entre os dedos do cidadão e cidadã sempre estiveram presentes em nossa história. Contudo, diferentemente do passado, onde o brasileiro e a brasileira procuravam eximir-se de suas relações com o Estado, hoje com o auxílio das novas ferramentas de mídias sociais digitais que facilitam às informações digitais, um maior número de brasileiros está se conscientizando da necessidade de interferir nos rumos da nação. O povo, deixando a condição de massa, está procurando uma autoafirmação.

Não menos surpreendente que a operação norte-americana a operação Lava-Jato da Polícia Federal vem conseguindo punir exemplarmente grandes empresários e políticos envolvidos em esquema de corrupção. Esse apoio à Polícia Federal e ao Ministério Público só está tendo efeito porque o cidadão e a cidadã estão forçando um *by-pass* na mídia oficial que diversas vezes cooperou para a manutenção do sistema corrupto. Sem ser manipulados e manipuladas boa parcela da população brasileira vem acompanhando e exigindo a continuidade da operação Lava-Jato. Estaria a população brasileira amadurecendo quanto aos seus direitos de cidadania? Estaria a justiça brasileira disposta a dar exemplo de confiabilidade?

Não há dúvidas que alguma transformação social está ocorrendo. As discussões políticas que se concentravam eminentemente na época das eleições, na expectativa de eleger um salvador da pátria, que consertasse a economia, educação, saúde, transporte, infraestrutura e lazer, hoje são cotidianas. O brasileiro está começando a desconfiar de que essas transformações não virão de graça, mas requerem sacrifício. As mentiras milagrosas dos candidatos na época das eleições estão ficando mais difíceis de serem engolidas. É possível que o povo esteja cansado de ser enganado e esteja entendendo que a culpa não se restringe ao momento da eleição de demagogos.

A operação Lava-Jato começou em 2009. Mas pelo menos desde 2013 vem despertando cada vez mais o interesse do cidadão. O enfrentamento ao poder viciado requer persistência e tenacidade. Quanto maior for o número de cidadãos e cidadãs que passem a entender o momento pelo qual o Brasil está passando, maiores serão as possibilidades de êxito e mais profundas as transformações. Nesse sentido é imprescindível que o brasileiro e a brasileira conheçam os desvios históricos de sua constituição bem como consiga avaliar a sua participação para o *status-quo* e estabelecer uma análise crítica de sua conduta. Com liberdade e sabedoria poderá decidir-se pelo exercício das virtudes.

1 IDENTIDADE HISTÓRICA BRASILEIRA

1.1 Sistema de referência comparativo evolutivo

Desde o início da civilização o indivíduo passou a medir e criar métodos construtivos e comparativos básicos para seu desenvolvimento. A engenharia é a ciência que mais utiliza sistemas referenciais para fins de projeto. Um sistema muito conhecido é o de coordenadas onde se estabelece um ponto de início (origem) e o ponto aonde se quer chegar (meta). O sistema de coordenadas pode ser cartesiano, cilíndrico, esférico, elíptico, parabólico entre outros dependendo da complexidade do objeto em estudo. Sobre esses sistemas aplicam-se cálculos integrais e derivados². Depreende-se que para ter ciência de onde se quer chegar é necessário conhecer sua origem e seus limites adotando um sistema referencial estável que sirva de base para uma orientação vetorial (direção e sentido).³

Aplicando o modelo matemático no contexto social infere-se que para atingir uma meta futura um país deve conhecer os fatores originários ou de onde deriva. É necessário que esse grupo de elementos humanos tenha ciência de sua autoconcepção intelectual social. Dessa forma é possível delimitar suas ferramentas de trabalho, suas potencialidades, energia motivacional coletiva, tendências intelectuais oriundas do temperamento social dominante entre outras. Essas são as características que definem um grupo étnico onde seus integrantes falam o mesmo idioma e manifestam os mesmos costumes. O planilhamento das informações em grupo de dados confiáveis é fundamental para a otimização dos esforços coletivos. Esses dados, quando bem tratados, impedem que se estabeleçam metas utópicas, como popularmente se define “para inglês ver”, sejam elas do âmbito do executivo, legislativo ou judiciário.

Historicamente, há dois métodos de maior incidência que segmentaram grupos étnicos do velho mundo e que deram origem as nações. São eles a busca por alimento e segurança ou fome e guerra. Esses dois elementos de altíssima tensão infundem na sociedade conceitos e metas comuns a todo cidadão. É uma forma traumática, porém natural de formatação social conforme a prioridade e a

² AZENHA, Acilina. *Elementos de Cálculo Diferencial e Integral*. Lisboa. Mcgraw Hill, 1995.

³ SANTOS, Maria H. *Curso de Álgebra Linear e Geometria Analítica*. Portugal, McGraw-Hill, 1994.

relevância dos valores eleitos pelo povo que antecede a formação do estado político. A partir da institucionalização e organização dessa nação cria-se uma base de dados que ao serem tratados tornam-se estratégicos. Isso gera confiança a todos os cidadãos e as cidadãs. Com a otimização dos esforços é possível promover a integralidade das ações que levam uma nação a atingir metas futuras como sociedade coesa e eficaz. O Brasil de hoje carece de planejamento estratégico no cenário da globalização.

1.2 O contexto originário social Brasileiro

Se a nação brasileira, aos 500 anos, necessita de integralidade para saber aonde quer chegar a fim de otimizar seus recursos e competir de cabeça erguida no cenário internacional, sendo protagonista de sua história com propriedade e responsabilidade, então deve buscar conhecer seus valores, suas origens ou de onde deriva.

A constituição da sociedade brasileira já foi e é tema de muitos estudos. Pois continua despertando o interesse de pesquisadores para novas análises. São índios americanos, escravos africanos, portugueses, europeus, etc. É pacífico na história como todos esses povos vieram para a Terra de Santa Cruz em condições adversas, ou seja, forçados. Índios não foram consultados para integrar a colônia lusitana; escravos da África Subsaariana vendidos por pumbeiros⁴ aos portugueses vieram como animais de carga⁵; a casta portuguesa veio temporariamente a este continente através da condição imposta pela guerra napoleônica e a imigração europeia veio fracionada fugida da fome e da pobreza. Tudo isso em um curto espaço de tempo e com uma travessia oceânica desempenhando o papel de sector do cordão umbilical.

1.3 A sociedade no Brasil colônia

Em 26 de abril de 1500, quatro dias após o descobrimento, foi realizado o primeiro ato oficial da inauguração do que viria a ser a nação brasileira. Pedro Álvares Cabral, representante do Reino de Portugal, junto com padre Henrique de

⁴ CARVALHO, Flávia Maria. *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano IV. Nº 7. Julho/2011. p. 14.

⁵ MAESTRI, Mário. *O Escravismo No Brasil*. Ed. Saraiva, 13ª Ed. 2015. p.136.

Coimbra, representante do poder clerical, intimaram os índios a participarem de uma missa. Esses índios, que viriam a ser o povo brasileiro, não compreenderam nada daquilo que era estrangeiro para eles, ou seja, os poderes ali representados.

O primeiro sistema de poder implantado na colônia foi o das Capitânicas Hereditárias. Tinha três objetivos principais: o domínio de vastas extensões territoriais, a escravização dos índios e a extração de riquezas naturais. O donatário, capitão ou governador concentrava todos os poderes, julgando, arrecadando impostos e exercendo soberania sobre seus povoados. Eram fidalgos leais ao rei de Portugal, membros da aristocracia. A forma longitudinal do fracionamento da colônia continental tinha como propósito principal escoar a produção do interior para o litoral atlântico. Mas também visava impedir a comunicação na vertical entre capitânicas no intuito maior de evitar revoltas. Esse isolamento propositado e monitorado inibia as possibilidades de construção de valores sociais de forma mais abrangente. Nessa época não existia povo brasileiro, mas povoadas coloniais. O sistema não foi bem-sucedido e deixou um legado de violência e de desobediência ao método imposto pela coroa que era o da colonização pelo menor esforço. Surgiram nessa época às vilas de Olinda, Ilhéus, Porto Seguro, São Vicente, Cananéia e Santos.⁶

Na tentativa de corrigir os desmandos e abandono, bem como de fomentar os resultados econômicos, Dom João III, rei de Portugal, instituiu o Governo Geral com característica eminentemente centralizadora. Novamente o foco era alavancar a economia de Portugal e para isso foi necessário à construção das cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Vila de São Paulo.⁷

Segundo Ross⁸, cidade é o lugar de trocas. Primeiramente trocas materiais. É o espaço que favorece o escoamento dos produtos agropecuários e minerais para a produção dos produtos manufaturados e industriais. É na *polis* que se consome bens e serviços dos mais variados. Conjuntamente nesse mercado ocorrem, inevitavelmente, as trocas do espírito.

A cidade é por excelência o lugar do poder administrativo, ele mesmo representativo do sistema econômico, social e político. É igualmente, o espaço privilegiado da função educadora e de um grande número de

⁶ AZEVEDO, Aroldo. *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968. p. 489.

⁷ MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil. Brasil como um espaço e não como sociedade*. São Paulo: Ed. Annablume, 2005. p. 154.

⁸ ROSS, Jurandyr L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 4ª edição, 2001. p. 400.

lazer, espetáculos e representações que implicam a presença de um público bastante denso.⁹

Conforme definição esse seria o espaço ideal de convivência. No entanto, no período escravagista e anterior ao liberalismo econômico poucos tinham a liberdade de espírito ou ciência do político social. Nas cidades brasileiras do século XVII tudo era controlado pelo soberano. Não havia liberdade de comunicação nem liberdade de comércio. Quanto a espiritualidade, foi junto com o primeiro governador geral Tomé de Souza, em 1549, que se empreendeu a saga dos Jesuítas. Foram duzentos anos de catequização diferenciada para brancos, negros e indígenas, fato que fortaleceu a distinção entre classes sociais. É relevante destacar que cabe aos Jesuítas o título de precursores da educação no país com a criação das primeiras escolas nas vilas e cidades existentes. Foram além, desenvolveram o estudo da filosofia, lógica, metafísica, moral, matemática, e ciências físicas e naturais. Porém, todo esse projeto educacional foi drasticamente interrompido em 1759 quando Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal, declarou que o trabalho dos clérigos ia contra a paz pública de seus fiéis vassallos e por isso ordenou a expulsão dos Jesuítas de todas as colônias lusitanas. A influência dessa missão religiosa na educação brasileira e seu legado merece um estudo à parte.

Nesse contexto, no final do século XVII, não há do que se falar em integridade do indivíduo negro, índio e suas misturas, mulato, cafuzo e mameluco. Uma condição forçada de convivência provoca alterações de enorme relevância nas quatro dimensões do indivíduo: física, intelectual, emocional e espiritual. Afetam sua integridade, seu ego e superego. Vai interferir diretamente na autoestima da sociedade e dificultar a compreensão de sua utilidade e aptidão individual e coletiva.

A sociedade colonial brasileira foi um reflexo da estrutura econômica imposta por Portugal. Assim, as comunidades açucareiras eram essencialmente ruralistas, patriarcais, escravagistas e permeadas de imoralidade social. Essa foi a matiz social do brasileiro sobre a qual se assentariam as modificações dos séculos seguintes. No início do século XIX de cada três brasileiros, dois eram escravos, negros, mulatos, índios ou mestiços. População pobre e carente de tudo.¹⁰

⁹ ROSS, Jurandyr L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Ed. USP. 4ª ed. 2001.p. 400.

¹⁰ GOMES, Laurentino. 1822. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. p. 328 p.

1.4 Período Joanino 1808 – 1821

É então com a vinda da realeza portuguesa para o Brasil que se dá início à primeira concepção de sociedade brasileira integrada. A motivação para tal desenvolvimento é o exclusivo interesse em atender as regalias da nobreza e para isso foi necessário dar um fim no Pacto Colonial (monopólio colonial). Em 28 de janeiro de 1808, a abertura dos portos foi o primeiro decreto promulgado pelo Príncipe Regente de Portugal, D. João VI, após sua chegada ao Brasil.

Essa abertura não foi amplamente democrática. O *“Treaty of Cooperation and Friendship”* (Tratado de Cooperação e Amizade) estabeleceu benefícios exclusivos para a Grã-Bretanha em detrimento das negociações com outros países como, por exemplo, com os Estados Unidos da América. De acordo com este decreto, os produtos britânicos podiam entrar no Brasil com taxas alfandegárias (impostos de importação) de 15%. A incidência dos impostos sobre os produtos de outros países era de 24%¹¹. A Inglaterra já bem hábil na prática do liberalismo econômico, ideologia fundada por Adam Smith no século XVIII¹², tentou claramente provocar a dependência do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em termos de proteção e tecnologia. A entrada de produtos britânicos dificultou a abertura de indústrias brasileiras e provocou inclusive o ingresso de uma grande variedade de artefatos sem relação com as necessidades dos consumidores sul-americanos. Foi a prática moderna de venda dos “novos espelhos”.

Ainda no contexto econômico, como se não bastasse à necessidade de a colônia sustentar uma quantidade enorme de nobres europeus que não produziam riquezas, foi criado um segundo staff de nobres brasileiros descendentes de portugueses.¹³ Estes, porém, sem um estatuto jurídico próprio ou específico que lhes conferisse legitimidade. É nesse cenário que surge uma classe especialista no “jeitinho brasileiro” de acessar as benesses dos fidalgos lusitanos. Está criado o tráfico oficial de influência tanto para as negociações econômicas quanto para as cláusulas judiciais por intermédio da proteção das castas elitistas, contemplando inclusive direito a anistia expressa e constante conforme conveniência da corte. São estas castas que irão ditar a “estória” do Brasil e criar suas “verdades” até o dia de hoje. Segundo Cortella “esses são os 5% de canalhas que conseguem convencer os

¹¹ D' EÇA, Vicente Almeida. *Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa, 1908.p. 99.

¹² SMITH, Adams. *Riqueza das Nações*. Curitiba: Ed. Juruá, 2006. p. 142.

¹³ GOMES, Laurentino. *1808*. Rio de Janeiro: Ed. Planeta do Brasil. 28 de set de 2012. p. 368.

outros 95% de brasileiros que o normal é ser assim (corrupto) e que eles são invencíveis”.¹⁴

Foram 14 anos de reinado de Dom João VI no Brasil. Em nenhum momento o monarca intencionou transformar a colônia em autônoma ou independente de Portugal. Pelo contrário, após deixar a América lutou para que o Brasil retrocedesse ao status de colônia.

1.5 Primeiro Reinado 1822 – 1831

Aqui então surge o ponto crítico. Uma imensa massa de humanos destituídos de valores familiares e sociais, com pouquíssima ou nenhuma instrução sendo conduzida por uma casta oficial e outra “oficiosa” que assumem o poder no vácuo da corte. A independência não foi compreendida pela imensa maioria do povo que não sabia o que isso significava e nem sentiu diferenças. A escravidão, a estrutura agrária e a distribuição de renda se mantiveram.¹⁵

Com desafios homéricos a começar pela busca de um entendimento para libertar-se de Portugal, com a anuência e liderança do próprio herdeiro de Dom João VI, surge o primeiro governo autônomo brasileiro. Dom Pedro I, com diversos atos heroicos, declara a independência do Brasil e institui o primeiro reinado.

Movimentos separatistas surgem na Bahia, Pernambuco e Maranhão a exemplo das colônias espanholas. A revolta pernambucana era em função da característica centralizadora de poder outorgada pela constituição de 1824. Queriam os pernambucanos desenvolvimentistas uma forma republicana de poder. A revolução liberal da Bahia em 1821 tinha origens na Conjuração Baiana de 1798 que também desejava a proclamação da república¹⁶. Mas o Império age implacavelmente contra os revoltosos. Para isso lança mão de um corsário da Marinha Real Britânica, Lord Thomas Alexander Cochrane, destacadíssimo e competente oficial de guerra reconhecido por franceses como *Loup del Mer* e por espanhóis como *El diablo*. Fora preso em 1814 na Inglaterra por corrupção. Mas em 1823 foi contratado a peso de ouro pelo Império Brasileiro que lhe outorgou o cargo de primeiro almirante da marinha imperial brasileira, por ter assegurado a

¹⁴ CORTELLA, Mário Sérgio. *Ética, Corrupção, Jeitinho Brasileiro e Exemplos*. YouTube. Programa "Como Será" exibido em 29/08/2015, <http://g1.globo.com/como-sera/videos/>.

¹⁵ GOMES, Laurentino. *1822*. Rio de Janeiro: Ed. Globo Livros. 2015.

¹⁶ FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005. p. 87.

independência do Brasil contra as tropas portuguesas no Norte e Nordeste.¹⁷ Posteriormente Dom Pedro I lhe concede o grau nobiliárquico de Marquês do Maranhão, província a qual saqueou por duas vezes. Cochrane prestou relevante serviço ao Império Brasileiro, mas não exatamente à sociedade brasileira. O Império permaneceu unido pela força com a castração exemplar de lideranças opositoras. A ideia era desestimular qualquer protesto.

Dom Pedro I foi ávido pelo poder. Era Imperador do Brasil, mas com a morte de seu pai Dom João VI em Portugal articulou administrar os dois reinos em continentes distintos. Sua visão gerencial já era o tão propalado poder pelo poder. Cuidou da manutenção das benesses já conquistadas. Na elaboração da constituição de 1824 desagradou a muitos com a contemplação de um quarto poder, o Moderador, que se sobrepunha ao Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse Poder Moderador não tinha outro propósito senão criar uma classe acima da lei a qual beneficiava o próprio Imperador, a corte e seus protegidos. Era dado a luxúrias na companhia do primeiro escalão de seu governo.

1.6 Segundo Reinado 1831 – 1889

A despeito da abertura dos portos, da independência do Brasil e da primeira constituição o segundo reinado foi o primeiro momento em que se planejou o desenvolvimento social brasileiro como estado soberano no intuito de se sustentar internacionalmente.

Dom Pedro II foi preparado para governar conforme os modernos conceitos republicanos de sua época. Na busca desse modelo social reduziu a autoridade do poder moderador e caminhou ao encontro dos preceitos da primeira revolução industrial implantando a monarquia constitucional parlamentarista. Abandonou o legado de autoritarismo de seu pai, concedeu maior abertura política e viu-se obrigado a administrar o país com apoio das elites por meio de acordos que se tornaram conhecidos como “*política de favores*”. Eram os coronéis remanescentes da cultura da cana-de-açúcar e da recém-elite que surgiu com o ciclo do café.¹⁸

O imperador empreendedor desenvolve o sudeste do país iniciando a industrialização ainda no ciclo escravagista. Mas logo na sequência o Brasil sofre

¹⁷ GOMES. 1822.

¹⁸ SCHWARCZ, Lília M. *O Império em Procissão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001. P. 84.

pressões internacionais, principalmente das indústrias britânicas, para dar um fim na escravidão. Cedendo, Dom Pedro II desagradou às elites do Nordeste e do Sudeste.

Percebe-se que Dom Pedro II teve dificuldades nas relações exteriores. Focou a economia para o mercado externo. Cedeu a pressões externas. Houve desavenças com a Inglaterra na Questão Christie¹⁹, ocupou-se em demasia na dominação da região do Mar Del Plata e, novamente por influência britânica, envolveu-se na guerra do Paraguai. Em busca desse intento estruturou a marinha e o exército brasileiro, os mesmos que posteriormente iriam amotinar-se contra ele.

As características republicanas do segundo reinado fomentam o empreendedorismo nacional com destaque ao capitalista Barão de Mauá. Foi um grande investidor desenvolvimentista que pautou sua economia sobre a tarifa Alves Branco²⁰. Por meio de Mauá surge o primeiro Banco do Brasil e expandem-se as ferrovias para o sul do continente americano. O fortalecimento da economia local incomoda a nação econômica dominante da época. Os ingleses pressionam e provocam a substituição do sistema tarifário para o Silva Ferraz que reduz drasticamente os juros de importação prejudicando a indústria nacional e facilitando as importações. Assim, o ciclo de prosperidade sofre profundo revés a partir de 1860. Destaca-se desse fato que a dependência da Inglaterra foi um crescente, desde a escolta da família real ao Brasil em 1808 até o final do século XIX. A hegemonia da Grã-Bretanha sobre a economia brasileira somente será reduzida no período anterior à Primeira Guerra Mundial, onde os empréstimos para a república passaram a vir também da França e dos Estados Unidos ²¹.

A monarquia enfrentava oposição pela alta dívida externa alavancada pela Guerra do Paraguai, pela dependência internacional dos Ingleses, pelo descontentamento das elites devido ao fim da escravatura e pelo descontentamento dos militares no pós-guerra. Dom Pedro II moveu-se para ajustar a forma de governo com uma ampla reforma liderada por Visconde de Ouro Preto. Porém não houve tempo para sua implementação.²²

¹⁹ William Dougal Christie foi um embaixador Britânico que exigiu indenizações do Reino Brasileiro pelo saque do navio Inglês *Prince of Wales* que encalhou a menos de 100 km da cidade de Rio Grande. Antes do ocorrido as relações diplomáticas entre os dois países já estava tensa em função “*Slave Trade Suppression Act* ou *Aberdeen Act*”. Após o fato as retaliações de ambas as partes se intensificaram até a ruptura das relações diplomáticas em 1863.

²⁰ BEAUCLAIR, Geraldo. *Raízes da indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora. 1992. 204 p.

²¹ FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. *A década Republicana*. Rio de Janeiro: Ipea. 1991. 111 p.

²² GOMES. 1822.

O que se pode observar do segundo reinado é que ocorreram enormes conquistas sociais com o início da integração nacional e liberdade de imprensa. Economicamente, iniciou-se a estruturação do país com portos e ferrovias bem como surgiu o parque industrial brasileiro. O Imperador pagou alto preço pelas mudanças. Esse período de verdadeira transição política, social e econômica provocou descontentamento de muitos poderosos. Resultou na queda da monarquia parlamentarista “republicana” a qual foi incitada e efetivada por uma república “monarquista”. A maçonaria com seu poder escuso teve relevância nos acontecimentos: “Em 10 de novembro de 1889, em uma reunião na casa do maçom Benjamin Constant, onde compareceram os maçons Francisco Glicério e Campos Salles, decidiram pela queda do Império.”²³

1.7 A Sociedade imposta e os novos valores

Desse breve resumo histórico é fato que a sociedade brasileira não é oriunda de guerras ou crises alimentícias não sendo essa a base de sua formação ou formatação de seus valores. A imensa massa de brasileiros e brasileiras, até o final da primeira revolução industrial, nunca tomou ciência das decisões que afetaram o rumo do país ou do mundo. Mostra a história que o governo sempre agiu conforme a necessidade dos nobres. O desenvolvimento visava atender o interesse de poucos. As elites, via de regra, se locupletavam dos recursos públicos fossem eles lícitos ou ilícitos. A instituição governo só passou a visualizar questões sociais nacionais, para toda a população, no segundo reinado.

É a partir de então, com boas notícias do Brasil, que novos europeus ingressam no país com planos, projetos e famílias no intuito de fazerem do Brasil o seu país e o país de seus filhos. Essa classe distinta já traz valores sociais imprescindíveis para sua sobrevivência. São as condições europeias inóspitas que ameaçam a dignidade da célula familiar que os impele a defendê-las em um novo continente. Esses novos imigrantes trazem consigo os conceitos da primeira revolução industrial que perdurou do século XV a meados do XVIII. É com esses imigrantes que se iniciam as classes operárias e seus sindicatos.²⁴

²³ EGENS, Maxell. *Maçonaria Revelada: Os segredos do Aprendiz Maçom*. Ed. Clube dos Autores. 2012. p. 319.

²⁴ INÁCIO, José R. *O Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos*. Belo Horizonte: Ed. Crisálida. 2007.

É relevante destacar que a nova ênfase nos valores sociais brasileiros não se dá em função de questões genéticas ou culturais entre negros, índios e europeus. Mas o divisor de águas é exatamente a condição em que cada um veio ao Brasil. Os primeiros brancos da colônia vieram como exploradores. Os primeiros negros foram submetidos a condições animais assim como os indígenas. As misturas de raças, erroneamente classificadas como subclasses, foram intencionalmente desprovidas de valores, a fim de resultar no domínio dos brancos. Já os europeus que ingressaram no Brasil República puderam trazer suas famílias, sua cultura e tiveram a liberdade de defender sua dignidade. Essas novas famílias europeias foram alocadas na região Sul e Sudeste por conveniência da soberania nacional. Nessa ocasião a proposta republicana já era desenvolvimentista, industrial e democrática.

É nesse período que se constrói a renomada e ousada estrada de ferro Curitiba-Paranaguá com relevantes desafios de engenharia. Os engenheiros responsáveis pela obra foram André Rebouças e Antônio Rebouças, ambos negros filhos de alforriados. Os Rebouças junto com Machado de Assis, Cruz e Souza e José do Patrocínio são representantes de uma pequena classe média negra em ascensão no segundo Império.²⁵

É com essa consciência e conhecimento que se pode desmistificar preconceitos regionais e raciais e buscar um entendimento amplo para o futuro do país. É a partir dessa base de dados qualificados, que se torna possível a integralização.

Assim, conforme a história, a base ampla de construção de valores da sociedade brasileira não ultrapassa dois séculos de próspera existência, período muito curto para a formação de um ideário de autoconcepção social de dignidade coletiva. O filósofo brasileiro Cortella alude a um debate com um ex-reitor da Universidade de Cambridge, instituição que possui 808 anos de existência, os quais são comparados aos 517 do Brasil: “Vocês, brasileiros, são muito ansiosos. O mais difícil são os primeiros 400 anos”. Cortella conclui que “os ingleses demoraram 500 anos para fazer um jardim. Nós não fizemos um país ainda; nós podemos fazê-lo”.²⁶

²⁵ SILVA, Leonardo S. *O processo abolicionista no Brasil na visão de dois intelectuais afrodescendentes engajados na causa*. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital. Série Acadêmica. 2015.

²⁶ CORTELLA, Mário S; DIMENSTEIN, Gilberto; KARNAL, Leandro; PONDÉ, Luiz Felipe. *Verdades e Mentiras. Ética e Democracia no Brasil*. 2016. Campinas/SP. Ed. Papirus. p. 93.

1.8 A Herança cultural para a República

É comum encontrar nos livros de história a afirmação de que o substrato da cultura brasileira é proveniente do Brasil colonial com a fusão de valores africanos, indígenas e lusitanos. Essa afirmação é contestável, pois a imensa maioria desses indivíduos foram arrancados de suas raízes, foram traumatizados e impedidos de manifestar ou expressar seus valores originais. Não é razoável adotar-se como elementos culturais atividades de pessoas que tiveram sua estrutura alterada. O resultado dessa mistura encaixa-se muito melhor na definição de Massa do que a de um Povo. Massa é manobrável, sem expressão, sem autoridade. Massa é o que se vê no estádio de futebol. É um entendimento polarizado. Ou se é vermelho ou verde, de direita ou esquerda, a favor ou contra. A cultura de massa é mais pobre do que a de tribos seja indígena ou africana. Povo, segundo Pio XII: “é um conjunto de pessoas dotado de organicidade movido por princípios, é ativo. Difere de massa, que é um amálgama de pessoas movidas por paixões, é passiva”.²⁷

Portanto, se há um momento na história onde uma parcela expressiva da população começa a se entender como povo, independente da razão sociopolítica, é a partir da segunda metade do século XVIII. De acordo com o Dicionário de Política, de Galvão de Souza, “nação é uma sociedade humana em que foi definido, ao longo do tempo, um complexo cultural sedimentado pela história”. Toda nação projeta no tempo tradições, costumes, crenças religiosas, modos de ser e de pensar, atos que constituem o patrimônio de um povo. É possível afirmar que não existe nação sem história e tradição. Trazendo esse conceito ao período colonial brasileiro conclui-se que não se pode montar uma nação artificialmente reunindo pessoas a esmo. Por essa definição o Brasil ainda está se concebendo como nação.²⁸

1.9 A Nação Brasileira e o Estado

Outro legado que deve ser entendido a fim de proporcionar ao país um novo rumo é a relação entre governados e governantes. Afirma Cortella:

²⁷ PIO XII, Papa. *Trecho de Radiomensagem de Natal de 1944*. “Cultura popular, cultura de elite, cultura de massa”. Montfort Associação Cultural.

²⁸ ANDRADE, Marcelo. *Blog Montfort Associação Cultural*. 2017. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/bra/cartas/outros/20150316211511/>>. Acesso em: 12/02/17.

[...] a nossa concepção de cidadão é tardia, de fato. A tal ponto que, até hoje somos chamados de contribuintes. [...] O imposto é imposto, não voluntário. [...]. Eu sou um *Taxpayer*, isto é, eu sou um pagador.²⁹

Essa concepção, ao contrário do que possa transparecer inicialmente distingue nitidamente duas pessoas, o Estado e o povo. O cidadão não é proprietário do estado e isto rende uma análise de mão dupla. O indivíduo não faz nada a mais para o país além do que for obrigado e a obrigação para com o próximo é do estado. Assevera Dimenstein:

Na ótica brasileira, o cidadão se acha um servo. Eu não sou dono desse país, eu sirvo este país. [...]. Ou seja, o sujeito vai ao posto de saúde, por exemplo, e acha normal o médico não estar lá. Ele vai à escola e acha normal o professor não estar ali.³⁰

Ainda nesse sentido Karnal corrobora criticando o jargão:

O brasileiro não sabe votar. Essa frase é enunciada pelo próprio brasileiro. Ela implica duas consequências: eu sei votar e eu não sou brasileiro. A premissa já me exclui nesse caso. [...] significa que olho para o país de um ponto em que não me incluo.³¹

Há de se corrigir afirmando que o bem público não é aquilo que é de ninguém, mas aquilo que é de todos e todas.

Nesse ponto é inevitável a comparação do Brasil com os Estados Unidos da América. Primeiro porque esse país continua sendo a nação mais pujante economicamente. Segundo porque possui praticamente a mesma idade do Brasil e terceiro porque ambos estão na América. Karnal analisa a cena inicial da constituição das doze colônias em 1620 a qual não teve conotação fundacional. A formação dessa sociedade começa efetivamente com famílias inteiras no *Mayflower* ainda partindo da Inglaterra. É o povo e não a instituição que se organiza para a posse do novo continente³². Cortella complementa essa análise: “Por isso, longe do rei, o uso da expressão “nova” nos topônimos de território aportado: Nova Inglaterra, Nova York, Nova Jersey”. Já no Brasil está registrada como história oficial a primeira missa institucional onde estavam reunidas: a autoridade náutica Pedro Álvares

²⁹ CORTELLA, Mário S. p. 47.

³⁰ DIMENSTEIN, Gilberto; KARNAL, Leandro; CORTELLA, Mário S; PONDÉ, Luiz Felipe. *Verdades e Mentiras. Ética e Democracia no Brasil*. 2016. Campinas/SP. Ed. Papyrus. p. 48.

³¹ KARNAL, Leandro; CORTELLA, Mário S; DIMENSTEIN, Gilberto; PONDÉ, Luiz Felipe. *Verdades e Mentiras. Ética e Democracia no Brasil*. 2016. Campinas/SP. Ed. Papyrus. p. 49.

³² KARNAL, Leandro. p. 52.

Cabral representando a coroa, a autoridade eclesiástica frei Henrique de Coimbra e, simbolicamente representada como futura população, os indígenas tupinambás e tupiniquins que apenas assistem a tudo sem sequer compreender nenhum dos poderes ali representados.

Nesse contexto cabe perfeitamente rever o discurso de despedida do 45º presidente norte-americano Ronald Reagan em *“We The People”*:

[...] a revolução foi a primeira na história da humanidade que realmente mudou o rumo do governo com três pequenas palavras: Nós, o Povo. Somos nós, o Povo, que dizemos ao governo o que fazer e não o contrário. Nós, o Povo, somos o motorista e o governo é o carro. E somos nós que decidimos para onde deve ir, por qual rota e em que velocidade. Quase todas as constituições do mundo são documentos nos quais o Estado diz ao povo quais são seus privilégios. Nossa constituição é um documento pelo qual nós, o Povo, dizemos ao governo o que lhe é permitido fazer. Nós, o Povo, somos livres. [...]. Lá nos anos 1960 quando comecei, parecia que estávamos invertendo a ordem das coisas. Que através de mais e mais regras e regulamentações e tributação predatória o governo confiscava mais do nosso dinheiro, mais de nossas opções e mais de nossa liberdade. Entrei na política, em parte, para poder levantar minha mão e dizer: Pare. Eu era um político cidadão e isso parecia correto para um cidadão fazer. Penso que conseguimos parar muito do que precisava ser detido. Espero ter uma vez mais recordado as pessoas que o homem não é livre a não ser que o governo seja limitado. Há uma relação de causa e efeito tão clara e previsível quanto as leis da física: à medida que o governo aumenta a liberdade diminui.³³

Ao tomar posse Reagan³⁴ asseverou: “O estado não é a solução do problema; o Estado é o problema”. Nesse sentido o indivíduo deve ter uma relação madura com o Estado. Dimenstein destaca que:

O cidadão brasileiro tem uma relação quase de adolescente com o Estado, ou seja, o sujeito se vê como parte do problema, mas não da solução. Ele considera o estado corrupto, mas se coloca como dependente dele.³⁵

Fica claro que o estado foi criado à revelia do povo. Conforme princípio publicado pela ONU “a nação precede a instituição estado uma vez que preexiste à necessidade de organização legal e política”.³⁶

Essa inversão cronológica divorcia dois dos três elementos definidos por Dalari como constitutivos do estado, o povo e sua soberania. A soberania foi forjada

³³ REGAN, Ronald. Reagan's Farewell Address: The Meaning of "We the People". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M3F0M_vqgu4>. Acesso em: 02 fev. 2017.

<<https://www.youtube.com/watch?v=oRscEFgcbag>>, publicado em 03 mai. 2016. Tradução de Hugo Silver e Revisão de Flávio Ghetti.

³⁴ REGAN, Ronald. 45º presidente Norte Americano.

³⁵ CORTELLA, Mário S. p. 53.

³⁶ ONU, Organização das Nações Unidas. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 12/02/17.

e imposta, não surgiu do povo porque este não estava amadurecido ou esclarecido para exercê-la.

Nação é um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns. Povo é uma entidade jurídica; nação é uma entidade moral no sentido rigoroso da palavra. Nação é muita coisa mais do que povo, é uma comunidade de consciências, unidas por um sentimento complexo, indefinível e poderosíssimo: o patriotismo.³⁷

Nos anais da história, o Estado foi poucas vezes parceiro do empreendedor popular. Quase sempre foi seu explorador, sócio escuso e senhor. É dessa conduta que, ainda hoje, faz o indivíduo de uma classe emergente pensar em uma forma de se proteger do governo, de ludibriar o poder, de contornar as leis, que, aliás, muitas vezes são criadas para o benefício de poucos. É o poder do Estado e o povo com interesses divergentes. Nesse cenário a interação relacional cidadã deixa de ser pelo senso do dever e passa a ser obrigatória pela ameaça da punição. É uma relação não transparente sujeita à promiscuidade, propícia à cultura do jeitinho, da propina, da sonegação, da desconfiança, do individualismo em detrimento da coletividade.

Nas palavras de Dallari:

As circunstâncias da colonização fizeram com que os brasileiros identificassem o estado com o monarca absolutista português, opressor arbitrário dos habitantes da colônia e explorador injusto e insaciável do seu trabalho e de suas riquezas. Como decorrência lógica, firmou-se a imagem do Estado como inimigo, com interesses sempre contrários aos dos governos. Isso passou a ser justificativa para tentativa de não cumprir as obrigações legais, o que foi agravado pela existência de muitos funcionários portugueses que aceitavam suborno para ser tolerantes. Influuiu também para que se considerasse justificada a sonegação de tributos, bem como qualquer outra forma de fraude fiscal.³⁸

Quinhentos anos depois, já na pós-modernidade ainda falam em dois Brasis ou na “Belíndia”. Esses termos nada mais são do que uma referência a grande parte do povo brasileiro, que vive em condições exploratórias e subdesenvolvidas, como na Índia, e outra pequena parte que, quando eleita ou promovida economicamente e até intelectualmente, transfere-se para a um país do primeiro mundo, como a Bélgica, sem mudar de endereço. Percebe-se que o poder (tanto econômico quanto

³⁷ AZAMBUJA, Darcy. p. 19.

³⁸ MOTTA, Carlos G.; DALLARI, Dalmo A. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 a 2000)*. Sociedade, estado e direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI. São Paulo: SENAC/SP. p. 449.

institucional) adquirido (lícita ou ilícitamente) por essa minoria, sempre exerceu a função de decidir e determinar o que a população deve fazer tal qual ocorreu com os primeiros índios, invertendo o que está escrito na Constituição em seu artigo 1º, parágrafo único, onde afirma que o poder emana do povo. Nesse meio milênio de existência o Brasil deixou de ser colônia, tornou-se Império e passou por duas repúblicas, mas o sistema viciado de impor condições ao povo, sem que esse se identifique com as demandas, persiste até hoje.

É fatídico que povos subjugados por seus líderes são fracos e sem expressão internacional. O país torna-se vulnerável ao sistema capitalista global. É necessário provocar uma transição da aristocracia para uma democracia por meios pacíficos. Isso pode se iniciar fazendo com que o cidadão tome consciência gradativa dos abusos históricos e passe a entender que atitudes antes consideradas normais, como a leniência com a corrupção, agora devem causar indignação coletiva. O cidadão precisa perceber que ele, individualmente, tem responsabilidade passiva, pois aceitou ser explorado dentro de uma base ética precária. É também o responsável ativo uma vez que em suas relações humanas cotidianas é excessivamente tolerante com atitudes que afrontam o respeito mútuo.

2 O ESPAÇO PARA A CORRUPÇÃO

Segundo Calil Simão, é pressuposto necessário para a instalação da corrupção a ausência de interesse ou de compromisso com o bem comum:

A corrupção social ou estatal é caracterizada pela incapacidade moral dos cidadãos de assumirem compromissos voltados ao bem comum. Vale dizer, os cidadãos mostram-se incapazes de fazer coisas que não lhes tragam uma gratificação pessoal.³⁹

Uma das faces dessa conotação de incapacidade moral é derivada da deficiência estrutural nos conceitos de nação, cujos dados históricos foram levantados no capítulo anterior. Nação refere-se a um povo que fala o mesmo idioma, possui os mesmos costumes e é unido por hábitos e tradições. Contudo, para que esse grupo constitua uma nação, é necessário que os indivíduos, por convicção, queiram formar um coletivo. Agir em função de gratificação individual instantânea, e ser resistente ao sacrifício espontâneo e virtuoso em prol da coletividade, resulta em uma qualidade de vida social oposta ao esperado. Seria uma espécie de sacrifício inconsciente e obrigatório, pois sujeita todo cidadão e toda cidadã aos elevados custos e desperdícios de projetos feitos, refeitos e desfeitos simplesmente por não contemplarem honestamente o coletivo. Os esforços individuais não se somam para o bem da coletividade e os recursos são mal utilizados para um benefício individual e momentâneo sujeito a toda espécie de corrupção.

2.1 O desnudar da Lava-Jato

É inquestionável o fato de que os agentes corruptos do esquema do Mensalão e dos investigados na Operação Lava-Jato são brasileiros estudados e capacitados. Nem fazem parte de um complô estrangeiro para roubar o país, nem são pessoas necessitadas que não tiveram oportunidades na vida. Esses fatores são importantes porque esvaziam o discurso de vítimas do capitalismo internacional bem como o de padecedor de uma sociedade sem oportunidades. São pessoas comuns e tanto quanto todos humanos sentem o desejo de obter as benesses de uma vida boa sem despendar o sacrifício necessário para merecê-la.

³⁹ SIMÃO, Calil. *Improbidade Administrativa - Teoria e Prática*. 2ª ed. Leme: J.H. Mizuno. 2014.

Os integrantes desses sistemas de corrupção foram promovidos na carreira em função de um reconhecimento social (ou no mínimo, tolerância social) de suas habilidades para um fácil enriquecimento; o caminho do menor esforço. Não que toda a sociedade tenha o mesmo comportamento. Mas uma parcela expressiva crê ser esse um meio de vida justificável e outra parcela, também expressiva, adota o clichê de “brasileiro não praticante”, o que significa ser leniente com os abusos. As habilidades dos membros das quadrilhas, como a de ponderar custos e benefícios entre comportamento corrupto e honesto, foram socialmente e institucionalmente reconhecidas. Os mais altos postos da administração pública, nos três poderes, foram-lhes concedidos.

Em abril de 2017, já no terceiro ano da operação Lava-Jato, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Edson Fachin, autorizou a abertura de 76 inquéritos solicitados pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Essa ação foi denominada “A Lista de Fachin”, a qual somada com outros inquéritos anteriores fez um total de 113 processos. Há ainda outras cinco ações penais já abertas no tribunal. Essas ações judiciais envolvem 195 investigados dos quais 104 possuem foro privilegiado, a saber: dois ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), dois ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), oito ministros de Estado, 64 deputados e 28 senadores.⁴⁰

A operação revelou que apenas em uma empresa estatal, a Petrobrás, mais de R\$8 bilhões foram desviados dos cofres públicos. A principal empreiteira envolvida, a Odebrecht, adquiriu um banco, o Meinl Bank Antígua, para movimentar US\$1,6 bilhão em mais de 40 contas.⁴¹ Pelas cifras apresentadas, esse sistema de corrupção vem sendo considerado o maior escândalo da história do planeta, o qual perdurou por pelo menos 10 anos. Ainda há de se revelar dados que vinculam o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) às benesses obtidas e concedidas a família do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva por intermédio da gigante universal do ramo de alimentos JBS S.A.

⁴⁰ Operação Lava Jato. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/com-lista-de-ghhtml>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

⁴¹ O Globo. Odebrecht comprou banco para distribuir propinas. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-comprou-banco-para-distribuir-propinas-19543844>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

A histórica corrupção na estatal Petrobrás vem sendo denunciada desde 1996, quando o renomado jornalista Paulo Francis tornou público dados informais sobre desvios de milhões de dólares por diretores da companhia. Disse Francis:

A Petrobrás extorque dinheiro do povo brasileiro [...]. Há 43 anos assalta o povo brasileiro para manter esses marajás a pão de ló [...]. Os diretores da Petrobrás põem o dinheiro lá [...]. Um amigo meu, advogado, almoçou com um banqueiro suíço que disse: olha bom mesmo é brasileiro. Esses árabes põem um ou dois milhões de dólares, mas uma semana depois eles tiram. O brasileiro põe US\$ 50 milhões, US\$ 60 milhões e deixam.⁴²

É fatídico que os derivados de petróleo no Brasil estão sempre no topo da lista dos mais caros do mundo. Como não há protestos específicos denota-se uma extorsão socialmente aceita. O que se suspeitava na época de Francis tem se comprovado na operação Lava-Jato. A diferença é que em épocas anteriores os desvios de recursos eram eficientemente monitorados e mantidos dentro de limites aceitáveis pela cúpula de corruptores. Quando o governo do proletariado assumiu o poder comprometeu-se a ser diferentes dos aristocratas. Fizeram pior.

2.2 As pobreza material, moral e espiritual

O filósofo jesuíta Ricardo Antoncich⁴³ descreve três tipos de pobreza: a material, moral e espiritual. O autor afirma que as duas primeiras possuem o atributo voluntário e involuntário. A pessoa pode ter nascido materialmente pobre, involuntariamente e necessitar de oportunidades oriundas dos mecanismos sociais. Outra possibilidade é a pessoa ser preguiçosa e para isso deverá ter outro tipo de tratamento. Já a pobreza moral refere-se à dificuldade de praticar a justiça e o amor para com o próximo. É notável que os materialmente pobres sejam mais solidários com seus semelhantes do que os materialmente ricos. Destaca o clérigo que embora haja ricos solidários a tendência desses é que, em circunstâncias críticas, preferirá proteger seus bens antes de ser solidário. O egoísmo fala mais alto.

Trazendo esses conceitos para a realidade brasileira há de se destacar que a cultura herdada da elite portuguesa sempre deu significado ao trabalho como algo penoso oriundo do castigo divino: “No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que

⁴² FRANCIS, Paulo. Manhattan Connection. 1996. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Dyh6-YSXBs>>. Acesso em: 06 mai 2017.

⁴³ ANTONCICH, Ricardo. *Temas de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Ed. Loyola. 2005. p 22.

te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás”⁴⁴. Ficou tacitamente impregnado na sociedade brasileira que ao ingressar na casta elitista o cidadão se veria livre das obrigações do trabalho, ou seja, estaria ele desvinculado de ser uma pessoa produtiva e autorizado a sobreviver do trabalho alheio. Esse fator distingue nitidamente a massa de seus governantes. O protestantismo, a partir da Reforma, destaca que o trabalho foi atribuído ao humano antes da queda e que o próprio Deus trabalhou seis dias antes de descansar. O trabalho era prazeroso e não sacrificial. Portanto, o trabalho é, na sua essência, uma dádiva herdada pelo humano ao ser criado a imagem e semelhança de Deus.

Essa pobreza moral, amplamente disseminada nos países latino-americanos, abre um enorme espaço para a corrupção incentivando o indivíduo a buscar mecanismos ilícitos para livrar-se de suas obrigações cidadãs, sejam elas tributárias, de solidariedade ou alteridade. Para a pessoa que deseja integrar a classe dominante é exigido um currículo que apresente expertise na prática exploratória predatória.

A pobreza espiritual, segundo Antoncich, possui uma conotação diferente das demais por valorizar a humildade do espírito. Para o Reino dos Céus será preferido o ignorante de coração simples (portanto uma pobreza involuntária por falta de opção) do que o sábio que, em sua prepotência, crê mais em si do que em Deus. Afirma as escrituras, “Mas Deus, não tendo em conta os tempos da ignorância, anuncia agora a todos os homens, e em todo o lugar, que se arrependam”.⁴⁵ Ou seja, aquele que deixa de ser ignorante e não muda sua atitude, ou ainda, utiliza-se do conhecimento para exaltar a si próprio terá duro julgamento. Em outra passagem bíblica está escrito que “não há um justo, nenhum sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis”.⁴⁶ Conclui-se dessas afirmações de que todos nascem com tendência à própria exaltação e à própria justificação de seus atos seja por meios lícitos ou ilícitos, por meio da verdade ou da mentira. Mas ao tomarem conhecimento da existência de um Deus justo terão a opção racional de arrependerem-se de seus atos.

⁴⁴ Bíblia NVI. *Gênesis* Cap. 3, verso 19.

⁴⁵ Bíblia NVI. *Atos dos Apóstolos*, Cap. 17, verso 30.

⁴⁶ Bíblia NVI. *Romanos* Cap. 3, versos 10 a 12.

É importante essa conceituação da pobreza espiritual porque Antoncich afirma que as três dimensões de pobreza não podem ser vividas independentes uma das outras. Pobres e ricos materialmente podem ser solidários se tiverem um espírito humilde que se sobreponha ao egoísmo. Farão isso em nome da justiça e do amor ao próximo contemplando a riqueza moral. “Portanto não se trata de uma posição de classe, mas de um valor ético”.⁴⁷

É possível afirmar que o amor e a justiça são bens morais e que só podem produzir seus efeitos quando exercidos com generosidade. O poder estatal tem a obrigação de promover a ética fria da lei do dever de Kant. Mas essa só trará resultados permanentes se interiorizada pelo cidadão, se este entender que uma ação sacrificial individual trará resultados para o bem coletivo. Do contrário será uma ação hipócrita suscetível às tentações corruptíveis. A consciência do agir pelo puro dever deve existir no sentido de reforçar as virtudes, ou seja, na fé de que elas retornaram como benefício pelo princípio categórico da universalidade. “Atire o seu pão sobre as águas, e depois de muitos dias você tornará a encontrá-lo”.⁴⁸

2.3 A degradação ética

De acordo com Cortella⁴⁹, a corrupção é a capacidade de degradar o que deveria ser decente. É a degradação da ética. Não é um curso social natural e não pode ser legitimada só porque faz parte de um conjunto de pessoas. A corrupção não é obrigatória embora não seja possível extirpá-la da sociedade ou do indivíduo. Fazer a correção dessa rota degenerativa (vetor) deve ser um preceito moral.

De há muito o brasileiro afirma que “faz o possível” no intuito de justificar a mediocridade individual por meio de um vínculo com sua história de vítima dos exploradores, vítima dos capitalistas, vítima das elites. Ato vulgarmente conhecido por “coitadismo”. A mudança cultural do “vou fazer o possível” para “vou fazer o meu melhor” está ao alcance de cada cidadão hoje. Na atualidade, mesmo com uma educação precária e desinformação intencional por parte dos gladiadores do poder pelo poder, é possível ao cidadão tomar conhecimento da história e dos fatos que não contribuíram positivamente para o desenvolvimento da nação a fim de

⁴⁷ ANTONCICH, Ricardo. 2005.

⁴⁸ Bíblia NVI. *Eclesiastes*. Cap. 11, verso 1.

⁴⁹ CORTELLA, Mário S. Corrupção, Origens e Consequências. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3ddUAU-UbHw>>. Acesso em: 02/12/16.

posicionar-se e adotar comportamentos e atitudes que corroborem com a ética e a moral. Os códigos estão acessíveis.

A situação atual, embora caótica, atesta que a corrupção e exploração não são endêmicas por hereditariedade, inerente às elites e nem pertencem a um grupo isolado ou partido político específico. A corrupção está em todos os lugares e quando ela aparece no poder é a ponta do iceberg que se enxerga.⁵⁰ Quando se ouve uma afirmação que “alguém tem que fazer alguma coisa”, referindo-se à cúpula do poder, esse alguém é o próprio cidadão. A mudança passa necessariamente pela índole e pela prática moral individual.

Os conceitos teóricos e racionais do exercício da moral iniciam-se bem cedo no desenvolvimento humano. Um exemplo prático precoce é quando a criança aprende a chantagear os pais independente da cultura ou etnia. A correção a ser aplicada pelos pais e a forma sábia de fazê-la definirá o grau de tolerância à esperteza tacitamente aceitável por essa comunidade. Isso determinará o comportamento social ou o nível de tolerância à corrupção. Se a correção não ocorre numa fase de fácil adaptação à disciplina o indivíduo passará a sofrer as consequências na fase da responsabilidade juntamente com a sociedade. É a dor social que contagia a coletividade para o esforço de mudança comportamental. A atual conjuntura do país parece estar próxima ao limiar de tolerância a esse desconforto.

2.4 O efeito colateral das dez medidas contra a corrupção

No ano de 2016, no auge da maior operação de desbaratamento da corrupção brasileira, foi lançado pelo Ministério Público um projeto de lei intitulado Dez Medidas Contra a Corrupção. É uma iniciativa louvável das autoridades desse renomado órgão. No entanto, há de se considerar as prioridades, os métodos e o objetivo a ser atingido. Nesse sentido o foco prioritário a ser combatido não deve ser a ação externa resultante da corrupção já efetivada. Muito antes disso existem as ações culturais e institucionais que fomentam a ideia de corrupção as quais tentam o cidadão além de seus limites para a prática lesiva.

⁵⁰ CORTELLA, Mário S; DIMENSTEIN, Gilberto; KARNAL, Leandro; PONDÉ, Luiz Felipe. *Verdades e mentiras – Ética e Democracia no Brasil*. Ed. Papyrus – 7 Mares. p.128.

As primeiras três proposições de combate à corrupção são derivadas do poder de polícia. Tendo por base o princípio de coerção aumentam a pressão sobre o indivíduo no propósito de desestimular sua criatividade para o crime. Ocorre que o efeito colateral desse tipo de medida é devastador, pois esse método também inibe a criatividade positiva para o bem comum. Nesse cenário tanto o servidor quanto o cidadão preferem a inércia do que a iniciativa. É uma força de prostração e castração exercida pelo poder oficial. Essas ações punitivas devem existir, mas como alternativa última para coibir o crime. Nunca como prioridade.

A primeira proposição sugere teste de integridade sobre o agente público. Isso é um princípio de desconfiança sobre o cidadão. É um princípio negativo.

A segunda proposição é a criminalização do enriquecimento ilícito. Novamente é uma ação punitiva reativa que reforça outras normas já existentes, porém não eficazes. O indivíduo continua sendo tentado a “jogar na loteria” a cometer o ilícito sem ser descoberto.

A terceira proposta é o aumento das penas que comprovadamente não ascendem à consciência do indivíduo suscetível ao crime. É apenas um reforço de punições já existentes.

É somente a partir da quarta proposição que se apresentam propostas inerentes à eficiência e à responsabilidade do poder público para com seu cidadão. O indivíduo, deixando de ser aviltado nos seus direitos, não terá em sua mente o desejo de compensar perdas injustas e não gastará energia encefálica maquinando meios de obter vantagens indevidas, pois já está sendo atendido em suas necessidades. Se o cidadão não é explorado, mas respeitado e atendido em suas demandas, isso é suficiente para abastecer o seu ego a fim de sentir-se realizado criando, assim, uma atmosfera positiva de bem-estar.

São essas as condições propícias e férteis para desenvolver a cultura de um ciclo virtuoso de confiança na relação com o poder estabelecido. É esse ambiente fértil e favorável à produção de ideias éticas e ações morais que se deve buscar. É nesse mesmo meio que se deve combater, com “agrotóxicos e pesticidas normativos”, as pragas da corrupção num segundo momento.

Sendo o Brasil um dos maiores líderes da agropecuária mundial, é conveniente tomar um exemplo dos métodos produtivos agrícolas para dar suporte à ordem social proposta. A primeira fase para uma boa colheita é criar as condições favoráveis necessárias para o plantio, desenvolvimento e crescimento da cultura

vegetal. Deve-se certificar-se de que o solo possui todas as propriedades vitamínicas para a espécie a ser plantada e de que as condições climáticas são favoráveis. Já com a produção em pleno desenvolvimento é que se passa a combater as pragas. Nas Dez Medidas Contra a Corrupção cria-se de imediato um ambiente social institucional hostil para o cidadão de forma generalizada. Isso dificulta a coesão social dando mais espaço para a horizontalização do mal.

Chamamos de “Horizontalização do mal” a um processo de comportamento político que infringe as virtudes da natureza humana a partir de um ou mais indivíduos, estes formados em grupos ou não, e que corrompem valores morais imprescindíveis numa sociedade que anseia por uma vida boa. Esse mal, em geral, contamina outros indivíduos, grupos de pessoas, instituições ou até mesmo a estrutura de um Estado, mas sempre através de indivíduos. Ou seja, esse mal não é uma instituição, mas pode estar presente tanto na instituição como na vida comum da *polis*. Esse mal é horizontal exatamente porque corrompe pessoas e instituições perpassando sua maldade por gerações. Portanto, a noção de horizontalização que assumimos aqui não se relaciona a um mal de raiz.⁵¹

Para fortalecer a nação brasileira é necessário que se defenda e se enalteça costumes e hábitos virtuosos que venham ser comuns a todos. É pré-requisito a coibição da corrupção, do engano, da mentira e da hipocrisia legal. As leis devem viabilizar a vida dos cidadãos virtuosos e saudáveis. O estado deve incentivá-los por meio de um sistema educacional cidadão voltado ao desenvolvimento pessoal, coletivo e meritório. Ainda hoje, a educação cidadã brasileira é rasa e produz uma classe de escravos serviçais, independente de etnias e raças.

Por fim não é desabonador identificar deficiências estruturais no desenvolvimento do indivíduo ou de uma nação. Muito pelo contrário, mediocridade é ignorar conscientemente as deficiências.

Hoje, mais do que nunca, a cultura do roubo é comprovadamente da sociedade como um todo. O recém-governo deposto, oriundo do proletariado, é a maior evidência de que a corrupção não é hereditária das classes dominantes. É cultural. Parece um contrassenso, mas é o governo socialista dos trabalhadores, parceiro dos sem-terra, que integrará a história como o mais corrupto.

A corrupção está configurada como uma maldição cultural que permeia todas as classes sociais. É possível mudar? Uma vez conhecendo o histórico não

⁵¹ GUEDES, Joel S. *Bens, Confiança e Política: A Ecloração do Conflito Moral e Possibilidades de Reencontro Ético*. Trabalho Final de Mestrado Profissional. Linha de Pesquisa: Ética e Gestão. Faculdades EST. 2016.

sadio do desenvolvimento social brasileiro, que interfere na formação do indivíduo, é possível dar-se a oportunidade de uma sociedade menos corrupta?

2.5 A ciência da corrupção

Para uma compreensão pragmática é importante iniciar com a pergunta: O que eu tenho haver com a corrupção? Para uma boa resposta faz-se necessário verificar algumas definições.

No dicionário informal, trata-se de substantivo feminino cujo significado encontra-se ligado à ação ou efeito de corromper, ou seja, de fazer degenerar; ação de seduzir alguém por dinheiro, presentes ou quaisquer benesses, levando este alguém a se afastar da conduta reta.

A corrupção, diz Aristóteles, é uma mudança que vai de algo ao não ser desse algo; é absoluta quando vai da substância ao não ser da substância, específica quando vai para a especificação oposta.⁵²

Da etimologia da palavra verifica-se que “*cor*” é coração e “*rupta*” é a quebra ou rompimento. Do dicionário enciclopédico: “Na ordem psicológica e moral, a corrupção denota um estado desordenado e patológico da consciência que leva o sujeito livre a exercer o mal ou o pecado. Opõe-se à ordem da perfeição e da graça”.⁵³

No âmbito acadêmico, entretanto, a temática da corrupção é recente como ciência. Não há uma teoria estruturada da corrupção no Brasil, no plano dos pensamentos social e político, brasileiros. Filgueiras afirma:

No caso da literatura especializada, pode-se dizer que o tratamento ordenado sobre a corrupção remonta aos anos 1950, com a emergência de uma perspectiva funcionalista para os estudos das ciências sociais. Os estudos mais sistemáticos sobre o tema da corrupção surgem nos Estados Unidos, tendo em vista o problema da modernização e abordagens comparativas tomando o tema do desenvolvimento.⁵⁴

Até os anos 1960 a corrupção não afetava grandes economias. As ações obscuras eram pontuais e isoladas o que levava economistas a dar pouca relevância aos fatos e alguns até afirmavam que essas atitudes funcionavam como graxa que lubrifica a economia.

⁵² ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo. Martins Fontes. 1988. p. 214.

⁵³ <https://sites.google.com/view/dicionarioenciclopedico/corrupt%C3%A7%C3%A3o>. 12/12/16.

⁵⁴ FILGUEIRAS, F. *Opinião Pública*. Campinas. Vol. 15. nº 2. Novembro, 2009.

Mas já na década seguinte Rose-Ackerman passou a argumentar em seus trabalhos que o papel e o impacto da corrupção sobre a economia e as organizações políticas são mais extensos e profundos do que até então se sustentava.⁵⁵ Os estudos de Rose-Ackerman fizeram com que autoridades políticas e econômicas passassem a prestar mais atenção aos prejuízos que ela traz à eficiência econômica.

Há uma abordagem denominada funcionalista a qual estabelece uma conexão entre a aceleração do crescimento social com a questão da corrupção, principalmente no cenário político e econômico. Isso independentemente de a sociedade ser tradicional ou subdesenvolvida. Trata-se de um *short cut* ou *by pass* nas regras oficiais para se atingir mais rapidamente objetivos lícitos ou ilícitos. É, eminentemente, uma questão de se obter vantagens indevidas para chegar à frente em um mercado cada vez mais competitivo. A corrupção também evoluiu com o uso das ferramentas tecnológicas tornando-se sistêmica e por esse motivo está associada à modernidade. Ainda nos anos setenta Merton⁵⁶ já observava que essa característica, antes inerente ao submundo, estava se tornando a própria norma de conduta transacional. Para Huntington,⁵⁷ no contexto da sociologia da modernização, a corrupção delineia um estado de baixa institucionalização política oriunda de uma escassez de mecanismos de dissolução de conflitos e, nesse caso, pode apresentar eventuais benefícios, principalmente, em sociedades de cunho capitalista.

Nesse sentido, a corrupção acaba por fazer parte dos aspectos morais que estão estabelecidos em uma determinada sociedade. Conforme Filgueiras:

É fundamental considerar os aspectos normativos envolvidos no tema da corrupção e o modo como a construção de sua significação social depende de valores que circulam no plano da sociedade. A corrupção deve ser analisada em uma dimensão sistêmica que considere, de um lado, a existência de valores e normas que tenham uma conformação moral e, de outro, a prática social realizada no âmbito do cotidiano de sociedades.⁵⁸

⁵⁵ ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption: A Study in Political Economy*. Nova York: Academic Press, 22 out 2013. 258 p.

⁵⁶ MERTON, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou. 1970.

⁵⁷ HUNTINGTON, S. e HARRINSON, L. (orgs.). *A cultura importa: Os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record. 2002.

⁵⁸ FILGUEIRAS, F. *A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Cadernos Cedes. IUPERJ, nº 5. 2006.

Rita BIASON, ao abordar a ética pública estabelece que esta deve prevalecer sobre os valores privados quando houver conflitos de interesse entre eles. Atitudes desabonadoras que desrespeitam as normas estabelecidas de um determinado núcleo social, quando assumem um caráter sistêmico, enfraquecem perigosamente as instituições do Estado. As relações interpessoais passam a ser pautadas pela hipocrisia pois a ética pública afasta-se do resultado do bem comum para simplesmente constar nas leis. Em assim sendo a norma será respeitada apenas quando atender o interesse particular ou privado. Destaca BIASON que o combate à corrupção deve ir além de simples construção normativa. É necessária discussão constante nas mais variadas instituições sociais bem como perseverante treinamento nos organismos estatais afim de consolidar uma cultura de gestão ética.

O desenho institucional brasileiro não possui um modelo de gestão da ética pública claramente definido. O que existe é um emaranhado de normas e leis que definem o marco regulatório brasileiro e estão distribuídos em diversos órgãos da administração pública federal. Nossa garantia de que o servidor priorize a ética pública e por extensão o interesse público depende enormemente da sua formação/treinamento e dos valores construídos por esse agente ao longo de sua trajetória pública. A conduta ética da gestão pública depende de o agente público ter uma clara percepção do que pode ser realizado ou não, aquilo que pode ser feito ou não para preservar o interesse da sociedade.⁵⁹

Portanto, não se pode justificar a transgressão em prol do desenvolvimento acelerado sem ponderar que a médio e longo prazo as instituições irão enfraquecer pondo em risco a própria soberania do Estado. É necessário que todo cidadão tenha consciência de que as virtudes da justiça, que proporcionam o bem-estar, dependem essencialmente da prevalência do interesse público sobre o privado. Isso só será internalizado se o indivíduo entender que deve ponderar as necessidades de seu semelhante e que as instituições existem para potencializar esse princípio. Não há como internalizar a ética pública, regulada por leis apenas em função do poder de polícia dentro das instituições. É necessário um ato de fé para acreditar que ao abrir mão de um determinado interesse particular em prol do bem-estar do próximo, esse sacrifício retornará como benefício em outras áreas e em medidas redobradas. É como aprender a andar de bicicleta. Somente depois de experimentar a sensação de equilíbrio é que se entende que o esforço pode ser potencializado.

⁵⁹ BIASON, Rita C. *Desenho institucional e valores da ética pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer XII. 2011. N° 3. p. 32.

3 MORAL E ÉTICA

Moral é a expressão latina para a palavra grega ética. É possível usá-las como sinônimo. Mas há estudiosos que definem “ética como o campo das normas de conduta, enquanto moral é a parte da filosofia sobre hábitos e costumes”.⁶⁰ Esta é prática, aquela é uma fase anterior de concepção intelectual.

3.1. Ética

Ética não é um saber acabado. Não se nasce sabendo e não se absorve um inteiro conteúdo em disciplinas escolares. Na ética não é possível elencar condutas por ordem de valores e normatizá-las para um coletivo de modo a facilitar a uniformização da ação. Ao contrário, a “ética é a possibilidade de escolha individual de como se quer conviver coletivamente”.⁶¹ Exige abdicação de benefícios particulares para o bem coletivo. Essa benevolência não deve ser imposta no sentido de obrigatoriedade externa. Ética está intrinsecamente atrelada à liberdade. É a inteligência espontaneamente compartilhada a serviço do aperfeiçoamento da convivência. Quanto maior a imposição de valores formatados e normatizados, menor a liberdade e menor a prática da ética. Sem escolha, sem poder agir conforme a resultante da análise racional alija-se o ser, força-se o à conformidade e promove-se a transferência de suas responsabilidades para o sistema. Sem ética fomenta-se o princípio da irresponsabilidade social. A pessoa humana é o único ser capaz de decidir, julgar e escolher por si mesmo. Esse ser é portador de liberdade. “Aqueles que deliberadamente abrem mão de sua liberdade fazem a escolha ruim, pelo malévolo, e negar a própria liberdade é má fé”.⁶²

E por que alguém abriria mão de sua liberdade de escolha? Porque o indivíduo, ao ser livre e ter a oportunidade de escolha, descobre que isso normalmente gera sentimentos desagradáveis denominados de angústia. O ser é livre, mas sua escolha depende de um juízo de valores. Escolher é identificar a alternativa de melhor valor e isto normalmente gera conflitos interiores. A disciplina,

⁶⁰ PONDÉ, Luiz F. *Filosofia para corajosos*. São Paulo: Editora Planeta. 2016. 189 p.

⁶¹ BARROS, Clóvis Filho; CORTELLA, Mário. *Ética e Vergonha na Cara*. Campinas: Editora Papirus. 2014. 128 p.

⁶² BARROS, Clóvis, *Café Filosófico com Clóvis Barros Filho e Mário Sergio Cortella*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d-uQAxFUWE>>. Acesso em: 07/02/17.

a educação e as normatizações são ferramentas para a formatação de uma base ética universal afim de que todo o indivíduo venha a tender a decidir da mesma forma. No entanto, cada indivíduo tem a sua base própria de mensuração. Como exemplo avalia-se a necessidade de levantar às seis horas da manhã, quando o relógio desperta, ou dormir um pouco mais e arriscar a chegar atrasado à aula ou no trabalho. O que vai compelir o sujeito a decidir-se é a sua particular e própria hierarquia de valores, verificando o que lhe trará o melhor resultado. Semelhantemente, em maior nível de tensão, ocorre na relação afetiva de prazer furtivo *versus* o respeito e a fidelidade ao comprometido.

Quais são as referências e os princípios que norteiam as ações da pessoa? Essa é a difícil tarefa de colocar na balança as perdas e os ganhos de cada escolha. Hoje ao se ter maior liberdade de escolha, mais avaliações são ponderadas provocando maior angústia. Identificar as alternativas, estabelecer uma hierarquia de valores e assumir a responsabilidade pela decisão serão os critérios que irão fundamentar as escolhas. Quando a opção é bem analisada e corretamente escolhida o ato produz realização e/ou felicidade. Do contrário, quando se deixa de agir após uma boa análise ou faz-se a escolha ruim, surge a frustração. A angústia sempre acompanhará o momento da decisão. Quanto maior a liberdade e o valor em questão maior a angústia.

Heidegger dizia que a angústia é a possibilidade plena. É a sensação do nada.⁶³ É quando a pessoa se sente compelida a agir para preencher corretamente um vácuo ou um vazio no qual está circunscrito e, para uma boa escolha, é fundamental usar de critério.⁶⁴

Cortella incita o brasileiro a pensar de forma ética ao escrever dois textos referentes a um questionamento e uma assertiva de conhecimento popular: “Isso é culpa do governo?” e respondendo: “As contas que são de nossa conta”.⁶⁵

Nesses dois textos ele mostra como é fácil eliminar a angústia da escolha deixando de participar de decisões inerentes ao poder delegado. É um princípio de irresponsabilidade cidadã que necessita ser eliminado do contexto social. O brasileiro tem que sair da zona de conforto e interagir com as instituições, cotidianamente, a fim de exercer o seu poder delegado. Delegar não é eximir-se ou

⁶³ HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis RJ: Editora Vozes. 1927.

⁶⁴ CORTELLA, Mário S. *Qual é a Tua Obra? Inquietações Positivas Sobre Gestão, Liderança e Ética*. 2010. Petrópolis: Editora Vozes.

⁶⁵ CORTELLA, Mário S. *Não se desespere!* Petrópolis RJ: Editora Vozes. 2013.

ausentar-se. Existe uma corresponsabilidade no ato. Essa consciência vem aumentando gradativamente na população brasileira, principalmente com o auxílio das mídias sociais. Representantes eleitos do legislativo e executivo estão sendo cada vez mais expostos nos seus atos, principalmente no que se refere à ética e à corrupção.

Assim, ética é um conjunto de valores e princípios para a conduta individual em função de um coletivo. Ética é resultante de uma escolha dentre uma hierarquia de valores que define o grau de dificuldade, concomitantemente, com o grau de angústia. Por isso a forma como o indivíduo amadurece é fundamental para dar segurança em suas decisões quando apto a exercer sua cidadania, a fim de promover os valores éticos virtuosos.

3.2 As Escolas Aristotélica e Kantiana

Aristóteles é considerado por muitos estudiosos o criador do estudo da ética no campo da filosofia. Seria a primeira grande escola. É uma ciência que passa à margem da exatidão, pois depende de valores mutáveis no tempo e no espaço. De definitivo pode-se afirmar que só é possível estabelecer um comportamento ético na interação humana. Um ermitão teria poucas oportunidades para elencar valores e fazer escolhas. Aristóteles parte do princípio de que o indivíduo tem como preceito humano a busca pelo bem. Entende-se por bem, em primeiro plano, a preservação da vida no âmbito físico. Em segundo plano evitar a dor sensível do sentimento. Isto também fazem os animais. O que diferencia racionais de irracionais é, evidentemente, a razão. Portanto, o humano deve viver de acordo com a razão, o que significa que esta deve orientar e ajustar suas ações promovendo um ciclo de virtuosidade. Esse seria o correto uso da razão para uma vida feliz.

Ocorre que a virtude moral não surge no indivíduo por natureza. A virtuosidade requer exercício que, pela repetição, torna-se um hábito. O caráter de uma pessoa é forjado por bons ou maus hábitos. Então se pergunta: quais seriam os brasileiros virtuosos nos quais o cidadão deveria se espelhar?

Diz-se que no Brasil existe a cultura do anti-herói. Esse seria um fator cultural a ser alterado. O processo para a mudança é o conhecimento real da história a fim de fazer cessar a repetição de comportamentos nocivos à sociedade, como anteriormente definido como horizontalização do mal. Um exemplo disso é a

veneração histórica a dois marechais, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Esses dois não contribuíram para a implantação da primeira República como o primeiro e o segundo presidentes. Ao contrário. Em comum acordo com a aristocracia da época, as elites do café e da cana-de-açúcar, se amotinaram contra um estadista que estava na iminência de realizar a primeira Reforma Agrária após a Lei Áurea. Adotaram o nome de República, mas o objetivo era a manutenção da Oligarquia que estava sendo ameaçado por Dom Pedro II. O eminente desembargador do Paraná, Gamaliel Scaff, resume bem a imoralidade do ato:

[...] a "república brasileira" nasceu falsamente, não pelo ideal da igualdade, mas para retaliar uma monarquia verdadeiramente republicana que lutou contra os interesses dos aristocratas fazendeiros de café do Sudeste, por 50 anos, para libertar o que ela chamava de "brasileiros escravizados". O golpe de 15 de novembro de 1889 foi um ato de "retaliação" a um regime de governo que já tinha planejado "indenizar" os "brasileiros libertos" com distribuição de terras para que dela lograssem o próprio sustento. Mas quem desejava indenização, eram os fazendeiros racistas do Sudeste, principalmente. O que deram esses "republicanos" aos "brasileiros libertos"? Os quilombos e o abandono social. A total ausência de nobreza se fez sentir desde as primeiras horas da república. Lima Barreto em "O triste fim de Policarpo Quaresma" dá-nos uma descrição fiel das motivações torpes de Floriano Peixoto para derrubar, talvez, o melhor monarca que o mundo já conheceu: quitar dívida pessoal e salvar sua fazenda!⁶⁶

No entanto, se enaltece a habilidade desses dois militares alagoanos e seus nomes constam nas mais importantes capitais brasileiras. Embora esses fatos tenham ocorrido no final do século XIX, são replicados até o dia de hoje, principalmente pelos discípulos políticos desse Estado. Mas não foi só em Alagoas. As fases republicanas brasileiras estão permeadas de inversões morais e pouco contribuíram para a coesão da nação no sentido de um ideal comum.

Por inversão moral entende-se a desvirtualização da virtude. Trata-se do enaltecimento das qualidades de uma pessoa, para fins de referência pública do bem, sendo que o resultado de suas ações mina os valores éticos.

Dallari cita em sua obra Michael Debrun, francês estudioso da história do Brasil, que constatou uma deturpação no termo conciliação nas disputas de poder constantes na história brasileira:

A "conciliação" no Brasil nunca foi um arranjo entre iguais, mas o reconhecimento, por parte de um polo social ou político menor, da primazia de outro polo, mediante algumas benesses e sobre o pano de fundo

⁶⁶ SCAFF, Gamaliel S. *Breve Análise da História do Paraná*. Citação obtida da página pessoal do Facebook do Desembargador do TJPR, postado em 26/03/17 (at 9:35am).

constituído pela exclusão de grande massa da população. Em outras palavras o fosso – econômico, social, cultural e político – que, desde as origens, existiu entre grupos dominados, sempre foi utilizado pelos primeiros para facilitar a própria reprodução desse fosso através da cooptação de elementos menos dominantes, ou mesmo tirados das camadas subalternas.⁶⁷

Atribui-se virtudes a fatos e pessoas que nunca as tiveram. Esse envenenamento social pode provocar a morte do sujeito moral:

A morte do sujeito moral individual leva consigo, muitas vezes, via horizontal - ou seja, de um indivíduo a outro - toda uma sociedade que passa a compreender práticas semelhantes de dominação como regra a ser vivida pelo povo. Haja vista que, muitas vezes, o povo recebe um benefício real aparente e imediato, ainda que não vislumbre o caos moral ao qual foi submetido. Tem-se em vista, neste caso, o imediatismo atendido às contemplações das esperanças que ainda há no povo.⁶⁸

A ética racional universal de Kant seria a segunda grande escola. É uma tentativa de remediar a perda das virtudes e bons hábitos de comunidades pequenas em função do aparecimento dos burgos, o que provocou o enfraquecimento das relações familiares, a superficialidade das relações urbanas e prevalência das relações comerciais. Os laços afetivos que impunham vergonha e medo à prática de atos imorais, agora são substituídos por normas frias. Ética e lei passam a se confundir, pois uma dá suporte à outra.

O princípio categórico de Kant será abordado mais adiante. No entanto, Pondé resume bem o tema:

Para Kant, se ninguém mentir, o mundo será melhor porque todos poderão confiar em todos e a vida será transparente. Claro que na prática a ideia não funciona 100% porque só pessoas insensíveis ou mal-educadas dizem a verdade o tempo todo. Faz parte da urbanidade e da elegância social saber que devemos evitar dizer coisas que causem mal-estar desnecessário. Porém, permanece sendo importante que mentir o tempo todo destrói o tecido social e as relações entre os seres humanos. Portanto, dizer a verdade, ainda que não seja possível sempre, deve ser visto como um mecanismo regulatório do comportamento para que possamos ter algum grau de confiança no amor, na família, nas amizades e nos negócios.⁶⁹

⁶⁷ DEBRUN, Michael. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1983. Por: MOTTA, Carlos G., DALLARI, Dalmo A. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 a 2000)*. p. 459. Sociedade, estado e direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI.

⁶⁸ GUEDES, Joel S. *Bens, Confiança e Política: A Ecloração do Conflito Moral e Possibilidades de Reencontro Ético*. Trabalho Final de Mestrado Profissional. Linha de Pesquisa: Ética e Gestão. Faculdades EST. São Leopoldo. 2016. p. 39.

⁶⁹ PONDÉ, Luiz F. *Filosofia para corajosos*. São Paulo: Editora Planeta. 2016. p. 105.

Aqui está uma outra parte do problema social brasileiro, o de aceitar a mentira com excessiva facilidade afim de uma convivência menos beligerante ou conflituosa, tanto para com o próximo como para com as instituições. Acaba por ser uma sociedade altamente hipócrita na relação como o próximo e tolerante com a corrupção na relação com o Estado. Joel Guedes define bem o risco dessa leniência com a horizontalização do mal:

A percepção às distorções do valor moral passa a não ser valorado como um princípio a ser resgatado. O mal passa a se estabelecer como uma regra no corpo social a partir dos maus costumes individuais; deixa de ser uma exceção e passa a ser tratado como um algo comum, como uma regra. Consideramos assim que esse problema certamente é o problema de maior dimensão dentro da horizontalização do mal.⁷⁰

É bem certo que a ética não é a salvação para a humanidade, mas a condescendência brasileira está bem acima do razoável, a ponto de comprometer as estruturas sociais.

3.3 Ética na política e a verdade

Uma propriedade importante da ética é sua contemporaneidade. É relativa a cada tempo e a cada cultura e até mesmo a cada organização. Não se trata de relativismo moral onde os valores, que normalmente variam de pessoa para pessoa, recebem o mesmo grau de relevância independente do conceito de certo ou errado e onde nenhum deles deve prevalecer sobre o outro. Mas há de se reconhecer que até mesmo uma organização criminosa possui seus princípios éticos, como no caso dos presídios. É uma ética que certamente não serve para a virtude humana, mas ela existe. E qual seria a ética na política? Seria a mesma ética religiosa?

A política é a forma de exercício do poder humano e diferentemente da religião não tem compromisso com a verdade. O que não significa a inexistência de uma ética. Apenas é uma ética que não serve para determinado grupo. Assim, em uma democracia, se um povo se revela insatisfeito com a ética de seus governantes deve, primeiramente, rever suas atitudes individuais e verificar se aquela política não é a própria face social. É uma realidade que não encanta. Mas quanto mais um povo tender à prática da verdade mais promoverá a virtude humana. O indivíduo anseia

⁷⁰ GUEDES, Joel S. *Bens, Confiança e Política: A Ecloração do Conflito Moral e Possibilidades de Reencontro Ético*. Trabalho Final de Mestrado Profissional. Linha de Pesquisa: Ética e Gestão. Faculdades EST. 2016. p. 41.

pela verdade e essa é uma máxima universal. Todos querem saber quem são, qual a verdadeira identidade, porque nasceram, para que vivem e porquê morrem. Todos querem ter a certeza do que é certo e do que é errado, independente da escolha que farão. É essa também a máxima do evangelho “E conhecerão a verdade e a verdade vos libertará”.⁷¹

O que resulta dessa breve análise é que a liberdade democrática está atrelada a um povo que busque conhecer a verdade sobre si mesmo e que decida esforçar-se pela prática da retidão. Isso resultará em um menor grau de corrupção e em uma conduta ética aceitável. Só que esse rigor em buscar e praticar o bem deve ser incentivado no indivíduo a fim de gerar nele uma motivação espontânea para a prática do que é bom. Essa autodisciplina pode, muitas vezes, parecer desvantajosa para a felicidade individual, mas é boa para a coletividade. Essa renúncia momentânea retornará como benefício próprio por meio de outrem.

Conforme o ranking da organização Transparência Internacional, que no ano de 2015 analisou 168 países, povos que não possuem a liberdade de escolha por estarem sob um regime totalitário revelam-se, comprovadamente, os mais corruptos. Países com elevada promiscuidade moral também estão mal classificados, revelando que um povo fraco na busca da verdade terá um governo fraco no compromisso ético e certamente será menos livre e menos democrático.

3.4 Moral e ética no contexto cristão

Moral pode ser mais bem entendida como a prática de uma ação virtuosa. É a capacidade de distinguir, mesmo individualmente, o que se deve fazer do que não fazer. Moral é o agir pelo resultado externado. Observe que se não houver um juízo externo de um ser racional nenhum ato será imoral.

O ato moral assim como a ética é muito mais inerente à liberdade do que a imposição normativa. Pois na repressão se encobre, disfarça ou mascara a verdadeira intenção do que não pode ser praticado. É por esse motivo que Kant irá trabalhar um processo ético pautado na intenção e não no resultado.

Amoral é a pessoa incapaz de decidir, escolher e julgar. É aquela que não faz a distinção como, por exemplo, a criança. Elas podem urinar no gramado ao invés de esconder-se atrás de um arbusto por que o infante é amoral. Com o passar

⁷¹ Bíblia NVI. João. Cap. 8, verso 32.

do tempo à repetição desse ato passa a ser imoral. Portanto, a questão moral, de fazer certo ou errado, é relativa ao tempo cronológico e ao espaço geográfico (local). No Éden andar nu não era imoral.

Ética, pragmaticamente definida por Cortella, é o conjunto de valores e princípios que se utiliza para responder três questões básicas do agir: quero, devo e posso. Os princípios que norteiam a ação são oriundos das respostas: quero mais não devo, devo mais não posso, posso mais não quero. A paz de espírito ocorre quando o que se quer é o que se deve fazer e é permitido fazer.⁷² Em suma é como o indivíduo entende o bem e o mal. Essa é uma análise teórica que precede a ação. Para exercitar o conteúdo é possível analisar a questão do aborto de anencéfalo que é benéfico para alguns e maléfico para outros. O que determinará a resposta são os princípios éticos que definem o conceito de bem ou mal de cada grupo no seu tempo e no seu espaço.

O filósofo Robin Dunbar no uso de sua razão assevera: “existe moral sem religião, sem Deus, pois afirmamos isso nas leis. A grande pergunta é se existe algo como uma moral universal”.⁷³ Pautado em Kant, no viés do dever, Dunbar tem um ponto a seu favor. Ocorre que a obediência à lei é verificável somente pelo que o indivíduo externaliza. Porém, é impossível escrutinar a verdadeira intenção ou emoção no interior do ser. Obedecer à lei pode ser uma hipocrisia e não raramente o é. E havendo divergência entre o que se externaliza e o que se sente interiormente surge o conflito interior ou a falta de paz. Quanto mais conflitos, maior a tensão interna e maior o risco dessa energia ser liberada em forma de violência. Muitas das denominadas “tribos” sociais nada mais são do que pessoas que possuem os mesmos conflitos, as mesmas tensões e que, não raras vezes, juntam-se para liberar essa energia conjunta em forma de violência social contra minorias ou “tribos” diametralmente opostas.

Já a genuína moral cristã está inseparavelmente associada às virtudes do amor e do perdão. Se o meu próximo possui alguma propriedade que não tenho, ao invés de invejá-lo, roubá-lo ou competir deslealmente com ele, eu passo a amá-lo por sua competência e desenvoltura. Se sou supra suficiente em algo que o meu próximo é deficiente, e por isso mesmo me traz prejuízo e dor, não vou humilhá-lo

⁷² CORTELLA, Mário S. *Pensador*. <https://pensador.uol.com.br/frase/MTI0ODIxMA/>. Visitado em 02/02/17.

⁷³ DUNBAR, Robin. *Revista Veja*. Edição de 14 de abril de 2017. <http://veja.abril.com.br/ciencia/existe-moral-sem-deus/> visitado em 14/05/17.

ou destruí-lo, mas perdoá-lo e auxiliá-lo. Essa conduta não é imposta por força de lei ou por simples religiosidade. Ela é praticada espontaneamente na firme convicção de que somente assim o indivíduo terá paz interior, qualquer que seja sua posição. É a realização do desejo pleno de paz que garante a veracidade da intenção de perdoar ou de participar da felicidade do próximo. Nesse caso a comunhão é a garantia contra a hipocrisia. Por isso a máxima do cristianismo é amar. E não há como amar sem a prática do perdão.

Moral nesse contexto é um cauteloso processo de construção interna do ser de modo a torná-lo um indivíduo sólido e com profundas raízes. Bem divergente do propalado politicamente correto de característica volátil, orbitante e sem sustentação.

3.5 A teoria moral de Kant (ética de Kant)

Precede a ação, a razão pela qual o indivíduo age. O juízo de valor que leva a uma conclusão racional sobre o agir está no âmbito da ética. Segundo David Hume, em seu Tratado da Natureza Humana (1738), a razão é escrava das paixões. Logo, não é exatamente uma ponderação de valores. Para Hume a razão decide praticar a ação por meio das crenças e desejos. Nesse sentido, se há uma vantagem individual imediatista em detrimento de um benefício coletivo, não é irrazoável optar pelo primeiro. Para ele a ação não é dependente exclusivamente da razão, mas tem uma interferência de uma fonte não racional e, no caso explicitado, uma afeição maior ao bem menor. O indivíduo crê no benefício imediato e deseja o benefício imediato porque, se assim não for, é possível que o resultado final seja diferente do esperado. Observa-se que o comando para essa ação é dado em função de um resultado hipotético. O imperativo de Hume é hipotético: se quer aquilo, faça isso. É um vetor orientado do resultado para a ação. Assim, um indivíduo esfomeado pode pegar um alimento que não lhe pertença ao invés de pedi-lo. Não estaria sendo nem antiético e nem imoral.

A teoria moral de Kant discorda em partes da doutrina de Hume onde a razão é puramente instrumental. Para ele somente parte das ações definidas como “inclinação” é produzida por crenças e desejos não racionais do agente como no segundo exemplo. Quando a ética guia as ações, a razão determina não só os meios, mas concomitantemente (fatalmente) o fim. Retomando o primeiro exemplo, a

finalidade é ser beneficiado, porém com todos juntos. O imperativo de Kant é categórico: o valor moral de uma ação é derivativo de sua máxima anterior, a ética, e não *a posteriori* em função de sua consequência. Quem define o resultado moral é a ética, e não o inverso.

Então, Kant concentra seus estudos na intenção e não na inclinação. É a intenção do ato que se avalia. Dar esmolas é uma sensibilidade humana espiritual, emocional e uma necessidade física de partilha. Ou pode ser um ato de marketing pessoal diante dos olhos dos semelhantes no intuito de induzi-los a pensar sobre a bondade do praticante, sem que esse tenha a menor preocupação com o destino do carente. Kant também descreve um comerciante que não engana seus clientes por receio de que deixem de adquirir em sua loja. O comerciante faz o que é certo pela razão errada, uma ação moral, mas sem valor ético. Ele age de acordo com a moralidade, mas não pela ética. Conclui-se, então, que o resultado da ação não revela a intenção. É esse fato que determina a rejeição de Kant sobre o consequencialismo.

Kant também estabelece uma simetria entre lei científica e lei moral. A lei científica é descritiva e determinante. Como exemplo, a Lei da Gravitação Universal de Newton diz: Dois corpos atraem-se com força proporcional às suas massas e inversamente proporcional ao quadrado da distância que separa seus centros de gravidade. Notadamente $F = G (m_1 \times m_2) / d$, onde d é a distância entre os centros de gravidade dos corpos, m é a massa de cada corpo e G a constante gravitacional. Essa lei formalizada por aferição determina o que os planetas fazem. Não é dado aos planetas a possibilidade da desobediência ou de não fazer. Logo, tanto essa como as demais leis científicas possuem validade universal.

Por analogia Kant idealiza um conjunto de leis que possam formar uma base ética universal cuja ação sempre seja decidida igualmente por todos os indivíduos. Em outras palavras, cada indivíduo, portador de uma boa vontade, saberia escolher, dentre suas regras particulares, aquela que pudesse valer para todos os demais. Se uma determinada ação de um indivíduo é correta, então é certa para qualquer outra pessoa nas mesmas circunstâncias. Esse princípio enunciado por Kant é definido por Peter Singer como princípio da universalidade. Contudo há uma distinção básica entre a lei Científica e Moral. Esta é passível de violação porque são normativas e dizem o que deve ser feito. Aquelas são determinativas revelando o que é feito.

Do ponto de vista teológico, é a regra da obediência revelada a Adão no estado da inocência e que é inerente a todo o gênero humano. Não conhecendo o mal não haveria necessidade de distingui-lo e posteriormente dominar suas paixões a fim de decidir-se pelo bem. Logo, seria uma lei científica universal, promovendo sempre o mesmo resultado, o bem. Mas diferentemente dos planetas, foi dado ao homem a liberdade de transgredir a lei. Portanto, em Gênesis 3 quando Deus afirma, “Mas do fruto da árvore do bem e do mal que está no centro do jardim dele não comereis para que não morrais”, foi e é uma lei moral.

Uma das formas de potencializar as ações com valor ético é racionalmente avaliar a abrangência do ato. Isso converge para a universalidade conforme exposto na lei científica. Em seu livro, *Fundamento da Metafísica dos Costumes* (1785), Kant sugere, no plano de ação, que é impossível existir um mundo onde todos os e todas as viventes decidam cometer suicídio. A lei universal do sistema planetário terra é proteger e desenvolver a vida. Logo destruir a própria vida, por mais justificável que possa ser, é imoral. Em outro exemplo, no plano da intenção, pedir dinheiro emprestado na promessa de pagamento futuro, se a intenção inicial for um golpe ou uma mentira, não poderá ser universalizado. Pois se todos pensarem assim, ninguém emprestará dinheiro.

Partindo para os exemplos positivos Kant enunciou, no plano de ação, que é universal a obrigação de cada um desenvolver seus talentos. Para muitos esse já é um desejo que escraviza a razão. Mas Kant é mais abrangente e define a ação no plano da obrigatoriedade racional. Mesmos os pródigos querem ver seus benefícios graciosos potencializados. Portanto, desenvolver talentos é uma ação moral universal.

O último exemplo, no plano da intenção, é o que bem cabe no contexto social brasileiro atual. É um mundo onde alguns vivem bem enquanto outros sofrem. Mas não é natural que alguém deseje ou se obrigue a existir por essa premissa. Ao universalizar essa intenção chegaria o momento onde a pessoa que enunciou tal lei necessitaria de longanimidade e privar-se-ia de toda a esperança de ajuda que deseja. Querer o bem de todos e obrigar-se a ajudá-los é uma ação moral universal.

No livro bíblico de João capítulo 12 Maria, amiga de Jesus, resolve agir não exatamente pela razão, mas por uma escala de valor muito superior inerente ao amor. Essa ação que pode ser pobremente enquadrada na definição de inclinação de Hume. Maria despeja uma libra de bálsamo de nardo aos pés de Jesus e é

repreendida por Judas Iscariotes que racionalmente se apropria de uma falsa moralidade em defesa dos pobres. No entanto, Jesus repreende a Judas e diz: Deixe-a em paz. Pois os pobres sempre terão consigo, mas a mim (fisicamente para ungir com valioso perfume) nem sempre terão. Nessa afirmação Jesus é categórico ao afirmar que sempre haverá alguém a ser ajudado e não nega que os pobres devem ser vistos com compaixão e longanimidade. Também deixa claro a hipocrisia humana que não há como ser combatida pela racionalidade. E concluí que há valores acima da dimensão física e intelectual pertencentes ao plano espiritual e emocional.

A teoria moral de Kant possui críticas plausíveis no âmbito da lógica e do absolutismo das consequências que intenta. Contudo, pode se extrair da universalidade das leis científicas e morais que quebrando qualquer uma delas contribui-se para o caos sistêmico. No caso das leis morais o caos é social que flagrantemente existe.

É racionalmente utópico imaginar que todo cidadão e toda cidadã aja espontaneamente conforme a universalidade da lei moral. Seria a fórmula de regresso ao Éden. Por isso, não é a busca do que todos e todas farão, mas do que se deseja que todos e todas façam. A busca não é pelo todo, mas pela maioria expressiva. Se há mais pessoas limpando do que sujando, a sujeira não será eliminada, mas o habitat *tenderá* a estar sempre limpo e propício para o desenvolvimento virtuoso.

Por esse critério, da maioria expressiva ou da tendência virtuosa, elimina-se da teoria moral de Kant a crítica referente ao absolutismo de que o método deve levar a decidir sempre pela ação certa. O ajuste seria de que o método tende a decisão acertada. Nesse contexto é aceitável o efeito colateral da falibilidade teórica.

Uma crítica plausível a Kant é a classificação da ética como agir moral dando maior enfoque ao método racional categórico absolutista e seu concomitante resultado direto. Hoje se sabe que a ética é muito mais inerente à avaliação e ponderação do conteúdo dos valores em função das circunstâncias do que propriamente um método racional assertivo independente do resultado. Kant queria um método universal espontâneo, o que parece ser utópico. Pois um método que se pretenda universal inevitavelmente será reconhecido como imposição e obrigatoriedade para alguns dos grupos sociais. Gera extensa normatização, e é conflituoso com a liberdade de escolha diante das circunstâncias.

Por fim, é relevante destacar que tanto as leis científicas quanto morais são quebráveis. As científicas geralmente ocorrem independentes da colaboração humana, como por exemplo, a implosão ou explosão de uma estrela ou um furacão ou ainda uma explosão como a de Krakatoa. Para isso, existe o conceito da termodinâmica que mede a desordem das partículas físicas denominadas Entropia. O domínio do conhecimento científico não impedirá o caos. Nesse sentido a natureza não é perfeita e impõe sofrimento injusto aos seres vivos. Do ponto de vista teológico, Paulo afirma na carta aos Romanos 8.22 Que toda a criação geme aguardando a redenção.

Já a quebra de uma lei moral parte de uma vontade, de um desejo, de uma paixão que se sobrepõe à razão. Uma consciência instintiva e sentimental. Kant separa o universo de ação por inclinação/impulso do universo das intenções racionais no intuito de garantir a coisa moralmente certa a fazer. Poder-se-ia afirmar que o conhecimento faz o indivíduo evoluir de um sentimento primitivo da emoção, suscetível à dor, para um plano elevado de consciência moral onde o ser é um fim em si mesmo, regido por si mesmo, sublimando as consequências. Para Kant o princípio do dever é a pura razão. É uma lei onde a razão impõe à sensibilidade. Infere a máxima de que razão é universal. O dever é o bem. A boa vontade é a vontade de agir por dever. A lei moral que se impõe por dever assume a forma de imperativo categórico. Contudo, o que compele a pessoa a agir diante da angústia e conflito de valores é essencialmente o seu conteúdo de vida oriundo de experiências vivenciadas e esse conteúdo está mais próximo da inclinação de Hume do que da intenção racional de Kant. Também, por mais complexo que seja o sistema de avaliação das intenções, jamais conseguirá desmascarar a hipocrisia moral. Se o sistema de avaliação e normatização evolui, também evolui a criatividade para o mal tanto para fazer um *by-pass* nos sistemas e normas quanto para utilizá-los em benefício próprio impondo, inclusive, assédio moral à coletividade crédula.

A intenção do ponto de vista emocional e espiritual somente poderá ser avaliada pelo Justo Juiz ou posteriormente ao resultado malévolos que já impingiu dor e injustiça à sociedade ou ainda, o resultado que trouxe redenção e alento.

3.6 O desígnio ético como força de interação entre indivíduos de uma malha social

Ricoeur trata de “*Éthique et Morale*”⁷⁴ como essência para a justiça social nas instituições, que são estruturas estabelecidas por lei e que habitualmente vigoram num determinado Estado para bem atender as necessidades de um povo. A instituição atuando no coletivo somente atingirá seu justo propósito se for compreendido o equilíbrio da reciprocidade nas relações humanas, verticais e horizontais do face a face, não se esquecendo do próximo desconhecido e distante.

Como princípio ético Ricoeur adota a motivação para o bem oriunda da estima do indivíduo, um processo natural e gradual de assimilação das virtudes a partir dos bons exemplos familiares tal qual preconiza Aristóteles. É a ética teleológica que leva em consideração o resultado da ação. Como princípio moral destaca a norma impositiva e categórica que compele o cidadão a agir com correção independente do resultado. Trata-se da ética deontológica. Há nitidamente uma oposição entre a motivação espontânea para o bem e a submissão por imposição à norma. Surge um questionamento de como aplacar a violência derivada do conflito interior na pessoa humana ao se ver obrigada a aderir uma norma ou convenção universal, mesmo que tácita, em função da moral kantiana. Entender esse conflito é essencial para o cidadão brasileiro e para a cidadã brasileira que não vê a norma como boa e por isso não internaliza seus conceitos.

Prescreve o filósofo uma possível solução para o desconforto existencial individual solitário em favor do benefício coletivo. Vai desdobrar a ética aristotélica em três partes: “a vida boa”, “com e para os outros” e “em instituições justas”. Seria por meio da solicitude que é o desejo de atender da melhor maneira possível a alguma solicitação, empenho, interesse ou atenção de outrem. Solicitude também pode ser compreendida como o afã e a diligência em tratar, alcançar ou conseguir algum fim virtuoso para além de si. Isso amplifica o sentido à vida ao agregar valor ao próximo e à sociedade.

Ricoeur parte de uma perspectiva individual de realização pessoal em função de um coletivo. Diferencia o “eu” do “si” atribuindo ao “si” a característica do primeiro outro a ser reconhecido racionalmente pelo ser ético. O “eu” é ególatra. Afirma Ricoeur que a estima e a solicitude são vetores com mesma orientação, porém em sentido contrário. Quando se demanda solicitude a alguém, recebe-se estima. Em seu estudo analisa relações horizontais e verticais tendo o “si” ao centro.

⁷⁴ RICOEUR, Paul. *Ethique et morale*. 1990. <http://pierre.coninx.free.fr/lectures/ethiquemorale.htm> visitado em 12/10/17. Tradução de Antônio Campelo Amaral em www.lusofia.net.

Para as laterais representa as relações de amizade onde o “eu” adquire maior transparência, pois não há hierarquia ou relações de poder. Não há o politicamente correto. Prevalece à igualdade por semelhança e afinidade.

Para cima está à relação com o “mestre” e para baixo com o “frágil”, ambas com desigualdade de poder. Na relação do “mestre” a hierarquia surge em função do grau de conhecimento ou por normatização imposta por cargos institucionais. Antigamente esse poder advinha do conhecimento e da educação cultural. Atualmente perdeu-se essa legitimidade visto que o poder é oriundo do sistema de ensino e de distribuição de títulos. Seja na escola, na igreja ou na empresa esse poder verticalizado é latente. Na relação do “frágil” caracteriza-se a dependência de auxílio bem como a incapacidade de retribuição do bem recebido. Isso fragiliza a relação à qual só é equilibrada com a gratidão.

Na relação em equilíbrio, a de igualdade, Ricoeur define como solicitude um desdobramento da estima em “*uma dimensão dialogal implícita*” paralela, uma via de duas mãos. Toma-se por estima a admiração e o respeito que se sente por alguém, advindos do reconhecimento de seu valor moral, profissional. Ao reconhecer as qualidades morais em alguém retribuo em estima. A recíproca também é verdadeira. O desejo de ser estimado, o que abastece o indivíduo de ânimo e motivação, advém do reconhecimento de suas virtudes. Todo esse contexto está fundado na ética grega, aristotélica do bom pensamento e cognição da ação para o bem.

Quanto a moral latina, kantiana das normas impostas cabe destacar “*É necessário submeter o desígnio da ética a prova moral*”. A abordagem de trazer a moral à ética transcorre sobre o vínculo existente entre obrigação e formalismo, vínculo composto pelas três dobras do desígnio ético: desígnio para uma vida boa consigo (estima) e para com os outros (solicitude) e em instituições justas. No plano moral uma vida boa tem como elemento indispensável à universalidade. Logo uma ação ou pensamento possuído de valor moral necessita do uso da razão e do formalismo para sua validação universal. Toda essa sinergia está compreendida no âmbito intelectual. A alta demanda de energia utilizada para alimentação do intelecto por meio da educação pedagógica e adequação moral implica no esvaziamento ou raquitismo do eu afetivo amoroso. A subjugação da emoção e do sentimento no sentido de afeição provoca o vazio que se manifesta no isolamento. Esses conflitos não tratados são potenciais causadores de violência contra si e o próximo. Por outro lado, essa ação ou pensamento validado universalmente leva à sensação de

liberdade e autonomia em função da aceitação formal, principalmente no âmbito institucional.

Na instituição a estima pelo outro não carrega relação de afeto. A igualdade, requisito natural da amizade, agora é exigida tendo o outro como alguém da mesma espécie. Esse outro não se reduz a relações interpessoais. A instituição é definida por Paul Ricoeur “como um sistema de partilha, de repartição, implicando direitos e deveres, rendimentos e patrimônios, responsabilidades e poderes, numa palavra benefícios e encargos”⁷⁵ perfazendo um juízo de justiça pelo seu caráter distributivo.

Todo o indivíduo possui conflitos interiores entre presságios, sentimentos e pensamentos construtivos e destrutivos, positivos e negativos. Na convivência coletiva é natural para a imensa maioria filtrar a cognição entre o eu e o si emitindo apenas os pensamentos e ações que corroboram para a paz, para o desenvolvimento e crescimento. Para alguns poucos, de maior intimidade, revela-se um eu mais sinistro. Nietzsche procurou eliminar filtros do “si” de seu caráter revelando mais do seu eu, dissipando de seu interior tremendas forças internas que causaram turbulência social universal. Fato é que essa filtragem gera pressões no indivíduo que só serão externalizadas se encontrarem eco social.

Uma vida boa é optativa para si, mas uma vida boa para o outro perpassa pela obrigatoriedade. A moral é imperativa. Uma vida boa pensando primeiro no outro somente será espontânea, não hipócrita, caso genuinamente haja amor pelo próximo específico, face a face, ou que se tenha notícia. Há uma escolha de quem verdadeiramente amar a ponto de se auto sublimar nessa relação em prol do que é justo e edificante.

O texto afirma que viver bem é estima para si e respeito para o próximo. Estimar para si é, em primeiro plano, escolher de acordo com a razão. Em segundo, estima também é iniciativa. É o sentimento de autoria. A razão fria sempre irá subjugar a emoção do eu aumentando os conflitos e pressão interior.

É fato que a educação pedagógica por meio do avanço da nanotecnologia do pensamento pode equalizar e estabilizar os conflitos e vazios interiores, utilizando para isso as forças da razão. Contudo, isso apenas causa uma sensação de paz e controle, porque o verdadeiro “eu” é sublimado pela razão. São negadas ao indivíduo as fontes do amor.

⁷⁵ RICOEUR, Paul. *Ethique et morale*. 1990. <http://pierre.coninx.free.fr/lectures/ethiquemorale.htm> visitado em 12/10/17. Tradução de Antônio Campelo Amaral.

Considera-se a emoção, parte integrante do amor, como pré-histórica atrelada a um egocentrismo. Atribui-se a violência a um núcleo emocional instável. Emoção é apenas uma face do amor e é detentora de uma energia explosiva que pode ser canalizável para o bem. É verdadeira a afirmação de que as decisões não devem ser tomadas pela emoção. Mas devem fazer parte do contexto decisório.

O esforço de redução de conflitos interiores por meio da equalização entre o eu e o si, visando à paz consigo mesmo e, por conseguinte paz com o próximo deve ocorrer por intermédio da compreensão e propagação do amor. O juízo de valor ou valoração humana, mesmo que seja resultado da essência de um coletivo, é imperfeita, falha e injusta. A melhor forma de se fazer justiça é eliminar a imperfeição por meio de algo não mensurável, não esgotável. – Está posta a questão razão versus amor.

3.7 Os valores na ética contemporânea

Para Bauman, quanto maior for o poder a ser exercido maior deve ser o preparo e o conhecimento para a utilização desse poder. O abismo entre a concentração de poder ou de direitos e a pouca orientação para sua aplicação é descrita por ele como “a crise da ética da pós-modernidade ou crise ética dos tempos modernos”.⁷⁶ Essa excessiva liberdade de escolha gera uma insegurança aflitiva que, em outros tempos, poderia ser contornada com a busca de conhecimento de outras culturas. Mas na era atual, do *One World*, não há onde e nem a quem recorrer. É essa a ambiguidade moral tão angustiante. Essa crise moral ecoa em crise ética.

Para Jaguaribe⁷⁷ a ética contemporânea é, predominantemente, imanente e tem como característica o crescente permissivismo, cujo parâmetro delimitador é o princípio da não nocividade social.

Dessas duas afirmações destaca-se que a prioridade é o cenário social e o processo de escalada de poder. Não importando o que o indivíduo sente nos seus recônditos. Se um antigo desvio comportamental for aceito por determinado grupo então não será nocivo àquela sociedade e não deve ser passivo de punição ou constrangimento. É esse permissivíssimo que leva a escassez de orientação e

⁷⁶ BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

⁷⁷ JAGUARIBE, H. *Brasil, mundo e homem na atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

provoca incertezas angustiantes. O conflito reside na diferença entre a necessidade de aceitação externa e a realidade interna.

Vásquez⁷⁸ tangencia a questão conflitiva ao asseverar que só é possível falar sobre comportamento moral quando há responsabilidade do indivíduo sobre os atos praticados. Busca delimitar o permissivíssimo apelando para o conhecimento objetivo das estruturas sociais, das relações e das instituições da sociedade o qual é imprescindível para a ética, uma vez que há inter-relação entre moral e sociedade. Pois os atos morais condicionam-se socialmente. É uma proposta de harmonização da alteridade e do espaço diversidade. Grupos, tribos, ideologias, antes de buscarem seus direitos, devem compreender o que é essencial para a seguridade da humanidade, a partir de sua unidade, o indivíduo.

Bobbio, destaca com propriedade que o regime político democrático possibilita o afloramento de virtudes sendo que, na democracia moderna, o antidespotismo é um de seus elementos fundamentais. Evidencia ainda que o conceito de cidadania é eminentemente o de enxergar o próximo no sentido de respeitá-lo conforme o arcabouço dos direitos civis. Para ele o humano tornou-se um ser de direitos⁷⁹. Contudo, enfatizar os direitos sem que o indivíduo tenha consciência do custo e do esforço histórico que a humanidade empreendeu para consolidá-lo tem resultado numa sociedade insustentável e alienada.

Ainda no campo do movimento político Vieira sustenta, na mesma linha de Bobbio, que o liberalismo propiciou a construção de um ideal de cidadania global e também a restringiu aos aspectos legais enfatizando e delimitando os direitos dos indivíduos contra o estado⁸⁰. Novamente reforça-se a democracia contra o despotismo. Mas, ao mesmo tempo, desvaloriza-se a dimensão emocional e espiritual do humano, ou seja, basta conhecer seus direitos para ser um cidadão. Nesse contexto é possível concluir que a excessiva pregação a respeito da cidadania não é suficiente para garantir a harmonia e comunhão entre os humanos. Enfatiza-se de sobremaneira as dimensões física e intelectual em detrimento das demais.

⁷⁸ VÁSQUEZ, Sanches A. *Ética y Política*. CLACSO, Ed. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.

⁷⁹ BOBBIO, Norberto. *A Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2004.

⁸⁰ VIEIRA, Luiz V. *Os movimentos sociais e o espaço autônomo do "político"*. Porto Alegre: Edipuc. 1997.

Martins considera que o conceito de cidadão deve transcender o conhecimento dos direitos e deveres. Ele acrescenta o papel ético-político como elemento capaz de transformar as estruturas já estabelecidas que produzem desigualdades sociais. Acredita que a moral da sociedade do início do XXI valoriza os vícios individuais e despreza as virtudes públicas de justiça social, igualdade e liberdade. A construção de uma nova prática moral é, antes de tudo, um problema político⁸¹.

É dessa vertente que se preconiza a promoção da ética em organizações privadas e estatais no propósito de alavancar o desenvolvimento social. Pois as instituições refletem as regras que organizam determinado meio social e a ética explica os padrões morais que disciplinam as relações humanas. Entretanto, os valores éticos pautados por instituições e tendo por base o desenvolvimento não são capazes de provocar uma transformação social onde um maior número de indivíduos possa viver em uma sociedade com justiça social. A formação ética do indivíduo não pode se restringir à cidadania nem estar submissa aos interesses do mercado.

Conclui-se que desde a virada do século XX a ética tornou-se um modismo. A aderência ao tema teve e tem motivação em um flagrante mal-estar social. O despertar para o assunto é importante, mas os meios pelos quais veio à popularidade merece ser estudado.

Enriquez afirma que esse mal social é resultante da falta de confiança nas instituições especificamente quanto a sua capacidade de manter os compromissos para os quais foram legitimadas. Se não conseguem garantir seus papéis, quanto mais planejar um futuro melhor. Para ele a melhor maneira de encontrar alternativas para esse momento instável, é buscando as raízes e os significados do sintoma. A era atual é de um individualismo extremado focado no viver agora. Isso é resultado de uma ênfase exacerbada no racionalismo em detrimento da dimensão emocional, da paixão. Nos dois últimos séculos houve uma pregação muito nítida de desagregação entre razão e emoção. De certa forma esse fato reduziu a subjetividade do indivíduo no sentido da alteridade. Isso passou despercebido porque a racionalidade, de forma positiva, leva a pessoa a ser um sujeito de direitos, o que é a base da democracia. Mas são esses mesmos direitos que promovem a

⁸¹ MARTINS, M. F. (2000). *Uma "catarsis" no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania como valor ético-político*. Campinas-SP, PUC-Campinas, Revista de ética, v.2, n.2.

concorrência entre os indivíduos, e isso também é a base para o mercado, o qual se apropriou da racionalidade e passou a ditar os valores conforme o poder do capital. Esse racionalismo instrumental, sem paixão, de característica universalista, desprestigiou a subjetividade, a alteridade e as culturas específicas nas quais cada indivíduo age. Provocou uma perversão nos valores.

Atualmente, esse modelo de desempenho, que esteve durante um tempo em concorrência com outros, como o da honra, o do prestígio e o da fidelidade, mas que caracterizou a expansão do capitalismo ocidental, reina absoluto.⁸²

Para vencer os desafios atuais Enriquez estabelece um fio condutor entre as éticas da convicção, da ética da responsabilidade, ambas de Weber que no início do século XX distinguiu a ética da convicção, dentro dos moldes do dever de Kant, da ética da responsabilidade, mais próxima do utilitarismo. Basicamente a ética da convicção retrata os valores pessoais irreduzíveis ou inegociáveis, não importando a ponderação do resultado da ação. Retrata a relação particular, individualista. Já a ética da responsabilidade tem a difícil tarefa de elencar os valores envolvidos e contabilizar o menor prejuízo ou a maior vantagem tendo em vista que trata de valores políticos públicos. Nesse caso o resultado prevalece sobre os princípios. Por esse motivo, muitos afirmam que o STF é uma corte política. Pois independente dos princípios e convicções de cada cidadão age orientado pelas circunstâncias que envolvem o poder. Não é difícil compreender que a aplicação extrema da ética da responsabilidade leva ao princípio maquiavélico onde os fins justificam os meios e fazer a adaptação de que pela convicção dos meios (princípios) qualquer fim é justificável.

Em todos os tempos, certos homens fizeram prevalecer, por exemplo, sua responsabilidade social ou psíquica sobre sua responsabilidade organizacional. O problema é bem mais sério em nossos dias, já que as organizações são mais complexas e formulam exigências variadas a seus colaboradores. A emergência de uma exigência ética na organização faz precisamente com que as responsabilidades política, cívica, ecológica e psíquica sejam cada vez mais asseguradas, não porque o dinamismo da organização exige, mas porque é impossível, a quem quer que seja, ignorá-las, sob o risco de ver triunfar unicamente o cinismo perverso. [...] com efeito, os seres humanos e sociais não são somente responsáveis frente às gerações futuras pelo peso de suas ações presentes, mas também pela maneira como eles tratam o passado, como eles registram a história, aceitam a e a deformam.⁸³

⁸² ENRIQUEZ, Eugene. *Os desafios éticos nas organizações modernas*. RAE - Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 37, n. 2, p. 6-17 Abr./Jun. 1997. p. 8.

⁸³ ENRIQUEZ, Eugene. p. 15.

Os stakeholders a serem atendidos pela ética contemporânea são em número muito maior e globalizados. A grande dificuldade está em atender os valores desse multiculturalismo.

O controle pode ser externo em obediência às normas punitivas ou pela prática artificial do politicamente correto cuja força está no ideário popular formado por ideologias sazonais. Pode ser também por meio de um olhar interior que possa contar com uma atitude honesta de autoavaliação. Um desenvolvimento interno espontâneo através da assimilação de exemplos virtuosos que, ao serem interiorizados ao longo da vida, transformam-se em bons hábitos. Essas duas formas de controle possuem potenciais diferenciados e necessitam ser ordenados. O fortalecimento sustentável de uma nação será alcançado com a ênfase e a priorização da prática dos bons costumes inerentes à formação do caráter. As normas punitivas devem servir como auxílio em forma de motivação para o bem. A inversão de prioridade promove um espaço para ideologias no campo do politicamente correto onde, muitas vezes, o indivíduo adere um comportamento apenas para evitar o constrangimento e não age por convicção.

CONCLUSÃO

A sociedade brasileira foi criada artificialmente, com regras e costumes impostos conforme a conveniência dos que se apossam do poder, cada qual no seu período histórico. O desenvolvimento do país ocorreu por objetivos exploratórios e não por concepção de nação. Grande parte dos indivíduos foi reunida à revelia dentro das fronteiras do Estado. Esses fatos provocaram uma cultura de desconfiança do brasileiro nos seus governantes os quais, raras vezes, se posicionaram como parceiros das iniciativas sociais, mas como exploradores do seu próprio povo e predadores dos valores do indivíduo. Nesse cenário o cidadão não concebe a visão de coletividade, o reconhecimento do outro, mas desde cedo busca mecanismos para se defender das imposições do Estado. É um proceder individualista, quando muito corporativista.

A cultura brasileira ainda não é de integralidade, fato que fragiliza a nação tornando-a vulnerável diante das agendas globais e internacionais, reagindo como serva dos interesses capitalistas ao invés de ser protagonista de sua história. Em busca de um caminho para a conscientização do brasileiro esse trabalho procurou estabelecer uma ruptura com o discurso de vítima dos colonizadores e capitalistas pós-modernos o qual não corrobora para a mudança do *status quo*. A coluna central do estudo é o fortalecimento da federação por meio da coesão social a qual resulta da confiança no próximo concidadão.

Ainda que o sistema oficial de ensino seja, em parte, propositadamente precário, limitador do conhecimento, e que a mídia oficial se apresente como um quarto poder a disputar as massas, a tecnologia tem tornado a informação cada vez mais acessível dando amplitude e abrangência aos ideais de cidadãos que se recusam a ceder ao convite para integrar a corrupção no poder. As múltiplas formas de acesso à informação têm se revelado eficientes no sentido de proporcionar ao cidadão um reconhecimento holístico em suas quatro dimensões humanas, material, intelectual, espiritual e emocional. A busca por esse autoconhecimento perpassa pelo caminho da ética e das virtudes reconhecendo que a justiça e a felicidade estão, obrigatoriamente, na realização do outro, concidadão. Esse é um processo definido aqui como autoconcepção de nação. Pois o incentivo e a motivação para o desenvolvimento das virtudes não procedem do poder instituído. Mas é o próprio

povo que, depois de artificialmente juntado dentro de um Estado, vem sendo compelido ao amadurecimento por si só, sentindo na pele a dor dos caminhos ruins percorridos. As condições sociais inóspitas e a sensação de um mal-estar coletivo em função do cotidiano noticiário da corrupção fazem o indivíduo voltar-se para a educação, para a filosofia, para a sociologia e para a religião a fim de compreender suas dores e estruturar saídas.

Embora o processo de crescimento social seja historicamente lento e conflituoso, espera-se que as modernas formas de comunicação de redes e mídias sociais possam acelerar as mudanças de modo democrático e sem hostilidades. A operação Lava-Jato da Polícia Federal e o Ministério Público têm se sustentado ao longo desses anos eminentemente pelo apoio e apelo popular, conseguindo, efetivamente, fazer valer o ordenamento jurídico da nação. Nunca antes na história desse país autoridades federais do primeiro escalão do estado estão sendo coagidos a prestarem contas à nação de seus atos de corrupção que ocorreram nos bastidores.

Por fim, é imprescindível que o brasileiro se certifique de que a corrupção não é uma entidade autônoma. Ela é intrínseca ao próprio indivíduo. A unidade da corrupção é o próprio ser. O início do combate está em superar as próprias tentações, em conhecer a si mesmo. É necessário buscar referências de pessoas virtuosas seja na família, na religião, na história nacional ou internacional. Requer sacrifício. Antes de exigir direitos para si ou para outrem, conquiste-os. Antes de cobrar a retidão do próximo dê o exemplo. São conceitos antigos calcados no reducionismo teórico, mas são certos. A coletividade somente será forte se a ligação unitária da malha social for forte. O país somente deixará de ser uma federação mentirosa e coadjuvante no cenário internacional se o povo souber reconhecer as virtudes e esmerar-se em praticá-las, mesmo que sacrificialmente.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO**, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo. Martins Fontes. 1988.
- ANDRADE**, Marcelo. *Blog Montfort Associação Cultural*. 2017. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/bra/cartas/outros/20150316211511/>>. Acesso em:
- AZAMBUJA**, Darcy. *Teoria geral do estado*. 36ª ed. São Paulo: Globo. 1997.
- AZENHA**, Acilina. *Elementos de Cálculo Diferencial e Integral*. Lisboa: Mcgraw Hill, 1995.
- AZEVEDO**, Aroldo. *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.
- BARROS**, Clóvis Filho; **CORTELLA**, Mário. *Ética e Vergonha na Cara*. Campinas: Editora Papirus, 2014.
- BARROS**, Clóvis, *Café Filosófico com Clóvis Barros Filho e Mário Sergio Cortella*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d-uQAAXFUWE>>. Acesso em: 07/02/17.
- BAUMAN**, Z. *Ética pós-moderna*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.
- BAUMAN**, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. São Paulo: Editora Zahar, 2001.
- BEAUCLAIR**, Geraldo. *Raízes da indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora. 1992. 204 p.
- BIASON**, Rita C. *Desenho institucional e valores da ética pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer XII. 2011. Nº 3.
- BIASON**, Rita. *De Olho na Corrupção*. São Paulo: Ática, 2011.
- BÍBLIA SAGRADA**. Versão NVI. <https://www.bibliaonline.com.br/nvi>.
- BOBBIO**, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale et al.; coord. Tradução de João Ferreira; ver. Geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 12ª ed. vol. 1. 2004.
- BOBBIO**, Norberto. *A Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2004
- CARVALHO**, Flávia Maria. *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano IV. Nº 7. Julho/2011.
- CORTELLA**, M.S. *Mario Sergio Cortella explica o que é corrupção*. Youtube – canal: Jornal da Cultura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ezzMvd1hq7s>>. Acesso em 01 mar. 2016.

CORTELLA, Mário S. *Corrupção, Origens e Consequências*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3ddUAU-UbHw>>.

CORTELLA, Mário S. *Não se desespere!* Petrópolis RJ: Editora Vozes. 2013.

CORTELLA, Mário S. *Qual é a Tua Obra?* Inquietações Positivas Sobre Gestão, Liderança e Ética. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2010.

CORTELLA, Mário S; **DIMENSTEIN**, Gilberto; **KARNAL**, Leandro; **PONDÉ**, Luiz Felipe. *Verdades e Mentiras. Ética e Democracia no Brasil*. 2016. Campinas/SP. Ed. Papyrus.

CORTELLA, Mário Sérgio. *Ética, Corrupção, Jeitinho Brasileiro e Exemplos*. YouTube. Programa "Como Será" exibido em 29/08/2015, <http://g1.globo.com/como-sera/videos/>.

D' EÇA, Vicente Almeida. *Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa, 1908. 99 p.

DEBRUN, Michael. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1983. Por: MOTTA, Carlos G., DALLARI, Dalmo A. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 a 2000)*. p. 459. Sociedade, estado e direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI.

EGENS, Maxell. *Maçonaria Revelada: Os segredos do Aprendiz Maçom*. Ed. Clube dos Autores. 2012. p. 319.

ENRIQUEZ, E. *Os desafios éticos nas organizações modernas*. RAE - Revista de administração de empresas. São Paulo: EASP/FGV, v.37, n.2, p. 6-17, abr./jun. 1997.

FIGUEIREDO, C. M. C. *Ética na gestão pública e o exercício da cidadania: o papel dos tribunais de contas brasileiros como agências de accountability. O caso do Tribunal de Contas de Pernambuco*. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. 2002, Lisboa. Portugal.

FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Editora Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2005.

FILGUEIRAS, F. *A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Cadernos Cedes. IUPERJ. nº 5. 2006.

FILGUEIRAS, F. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, 2009.

FRANCIS, Paulo. Manhattan Connection. 1996. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Dyh6-YSXBs>>. Acesso em: 06 mai 2017.

GOMES, Laurentino. *1808*. Rio de Janeiro: Ed. Planeta do Brasil. 28 de set de 2012. 368 p.

GOMES, Laurentino. *1822*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. 328 p.

GUEDES, Joel S. *Bens, Confiança e Política: A Eclosão do Conflito Moral e Possibilidades de Reencontro Ético*. Trabalho Final de Mestrado Profissional. Linha de Pesquisa: Ética e Gestão. Faculdades EST. 2016.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis RJ: Editora Vozes. 1927.

HUNTINGTON, S. e HARRINSON, L. (orgs.). *A cultura importa: Os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record. 2002.

HUNTINGTON, S. P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: EDUSP. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1975.

INÁCIO, José R. *O Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos*. Belo Horizonte: Ed. Crisálida. 2007.

JAGUARIBE, H. *Brasil, mundo e homem na atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

MAESTRI, Mário. *O Escravismo No Brasil*. Ed. Saraiva, 13ª Ed. 2015.

MERTON, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil. Brasil como um espaço e não como sociedade*. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

MOTTA, Carlos G.; **DALLARI**, Dalmo A. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 a 2000)*. Sociedade, estado e direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI. São Paulo: SENAC/SP.

O GLOBO. *Odebrecht comprou banco para distribuir propinas*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-comprou-banco-para-distribuir-propinas-19543844>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ONU, Organização das Nações Unidas. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 12/02/17.

OPERAÇÃO LAVA JATO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/com-lista-de-ghtml>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PASSOS, E. *Ética nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

PIO XII, Papa. *Trecho de Radiomensagem de Natal de 1944*. "Cultura popular, cultura de elite, cultura de massa". Montfort Associação Cultural.

PONDÉ, Luiz F. *Filosofia para corajosos*. São Paulo: Editora Planeta. 2016.

REGAN, Ronald. Reagan's Farewell Address: The Meaning of "We the People". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M3F0M_vqgu4>. Acesso em: 02 fev. 2017. <<https://www.youtube.com/watch?v=oRscEFgcbag>>, publicado em 03 mai. 2016. Tradução de Hugo Silver e Revisão de Flávio Ghetti.

RICOEUR, Paul. *Ethique et morale*. 1990.

<http://pierre.coninx.free.fr/lectures/ethiquemorale.htm> visitado em 12/10/17. Tradução de Antônio Campelo Amaral em www.lusofia.net.

ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. Seção Ponto e Contraponto, Boletim de Novidades, Pulsional - Centro de Psicanálise. Ano V. nº 41: 33-42. São Paulo. Livraria Pulsional. Setembro de 1992.

ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption: a study in political economy*. Nova York: Academic Press. 1978.

ROSS, J. L. S. *Os Fundamentos de Geografia da Natureza*. In: Geografia do Brasil. Org. Jurandir L. S. Ross. Edusp. 1996.

ROSS, Jurandy L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 4ª edição, 2001.

SANTOS, Maria H. *Curso de Álgebra Linear e Geometria Analítica*. Portugal: McGraw-Hill, 1994.

SCAFF, Gamaliel S. *Breve Análise da História do Paraná*. Citação obtida da página pessoal do Facebook do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Postado em 26/03/17 (at 9:35am).

SCHWARCZ, Lilia M. *O Império em Procissão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SILVA, Leonardo S. *O processo abolicionista no Brasil na visão de dois intelectuais afrodescendentes engajados na causa*. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital. Série Acadêmica. 2015.

SIMÃO, Calil. *Improbidade Administrativa - Teoria e Prática*. 2ª ed. Leme: J.H. Mizuno. 2014.

SMITH, Adams. *Riqueza das Nações*. Ed. Juruá. Curitiba, 2006.

VÁSQUEZ, A. S. *Ética*. Tradução de João Dell'Anna. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, L. *Cidadania e sociedade civil no espaço público democrático*. Revista de Direito Online. PUC – Rio. 1997.

VIEIRA, Luiz V. *Os movimentos sociais e o espaço autônomo do "político"*. Porto Alegre: Edipuc. 1997.